



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DO ESPORTE			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0564/18	DATA: 13/06/2018	
LOCAL: Plenário 4 das Comissões	INÍCIO: 15h06min	TÉRMINO: 17h44min	PÁGINAS: 52

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ROGÉRIO SAMPAIO - Diretor-Geral do Comitê Olímpico do Brasil — COB.
ARIALDO BOSCOLO - Presidente da Confederação Nacional dos Clubes — CNC.
TIAGO CAMILO - Presidente da Comissão de Atletas do Comitê Olímpico do Brasil — COB.
NELSON HERVEY - Superintendente Administrativo-Financeiro do Comitê Paralímpico Brasileiro.
FERNANDO AVELINO VIEIRA - Ministro do Esporte em exercício.
ANDREW PARSONS - Presidente do Comitê Paralímpico Internacional.
JAIR ALFREDO PEREIRA - Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes.
ROBSON LOPES AGUIAR - Presidente em Exercício da Confederação Brasileira do Desporto Escolar.
ALIM MALUF NETO - Vice-presidente da Confederação Brasileira do Desporto Universitário.
ANA MOSER - Representante da Atletas pelo Brasil.
WILLIAM FERNANDO BOUDAKIAN DE OLIVEIRA - Representante da Secretaria Executiva da Rede Esporte pela Mudança Social — REMS.

SUMÁRIO

Debate sobre o impacto da Medida Provisória nº 841, de 2018, no orçamento do esporte, bem como sobre a preparação das delegações para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2020.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Boa tarde a todos.

Esta reunião de audiência pública está sendo realizada em razão da aprovação dos Requerimentos nºs 234 e 237, de 2018, de minha iniciativa e de iniciativa dos Deputados Fábio Mitidieri, Flávia Morais e Alexandre Valle, e visa debater o impacto da Medida Provisória nº 841, de 2018, no orçamento do esporte, bem como a preparação das delegações para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2020.

Hoje à tarde, nós iríamos justamente fazer uma avaliação dos Jogos Olímpicos de 2016 e também debater sobre a preparação para os Jogos Olímpicos de 2020. Em virtude da medida provisória e também diante da aprovação do requerimento na sessão deliberativa da Comissão do Esporte que tivemos, nós mudamos e agora vamos realizar esta audiência pública.

Para dar início às apresentações, convido para tomar lugar à mesa o Sr. Rogério Sampaio, Diretor-Geral do Comitê Olímpico do Brasil; o Sr. Arialdo Boscolo, Presidente da Federação Nacional dos Clubes do Brasil; o Sr. Tiago Camilo, Presidente da Comissão de Atletas do Comitê Olímpico do Brasil; e o Sr. Nelson Hervey, Superintendente Administrativo-Financeiro do Comitê Paralímpico Brasileiro.

Tendo em vista a falta de espaço aqui em cima, os outros convidados estão sentados nas tribunas embaixo, cada um deles identificado com o respectivo nome e função. Nós vamos registrar a presença deles e, quando forem chegando os demais, vamos citar nominalmente cada um. Abriremos a palavra para cada entidade aqui representada e daremos a palavra aos que não puderam estar aqui em cima.

Quero, então, cumprimentar o Sr. Alberto Martins da Costa, Diretor-Técnico do Comitê Paralímpico Brasileiro; o Sr. Marco Antônio La Porta, Vice-Presidente do Comitê Olímpico do Brasil; o Sr. Gustavo Harada, Gerente-Geral de Jogos e Operações Internacionais do Comitê Olímpico do Brasil; o Sr. Jorge Bichara, Diretor de Esportes do Comitê Olímpico do Brasil; o Sr. Jair Alfredo Pereira, Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes; o Sr. Ricardo Avellar, Gerente de Relações Institucionais do Comitê Brasileiro de Clubes; o Sr. Raimundo da Costa Santos Neto, Diretor do Departamento de Esporte de Base e de Alto Rendimento, do Ministério do Esporte; o Sr. Robson Lopes Aguiar, Presidente em exercício da Confederação Brasileira do Desporto Escolar; o Sr. Alim Maluf Neto, Vice-Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Universitário; o Sr. William Fernando Boudakian, da Secretaria-Executiva



da Rede Esporte pela Mudança Social — REMS; o Sr. Lars Grael, nosso medalhista olímpico, também hoje representando a Comissão Nacional de Atletas; o Sr. Sérgio Coelho, Presidente do Minas Tênis Clube de Minas Gerais; o Sr. João Tomasini, Presidente da Confederação Brasileira de Canoagem, aqui também representando as confederações.

O Lindberg irá nos passar o nome de quem for chegando, para citarmos a presença de cada um.

Andrew Parsons, é uma satisfação tê-lo aqui. Seja bem-vindo ao nosso meio.

Nossa querida Ana Moser, tudo bem? É bom tê-la aqui conosco.

Informo que foi convidado para participar da audiência e justificou a ausência o Sr. Ricardo Sapi, Secretário de Esportes interino de Minas Gerais.

Também foram convidados, mas não responderam ao nosso contato, o representante da Comissão de Atletas do Comitê Paralímpico Brasileiro, o representante dos Secretários Estaduais de Esporte, o representante da Associação Nacional de Secretários Municipais de Esporte e Lazer, o representante da Organização Nacional das Entidades do Desporto.

A Atletas pelo Brasil está aqui representada pela querida Ana Moser.

Antes de passar à exposição dos nossos convidados, desejo informar as regras de condução dos trabalhos desta audiência pública. O convidado deverá limitar-se ao tema em debate e disporá de 5 minutos para sua preleção, não podendo ser aparteado. Após as exposições, serão abertos os debates. Os Deputados interessados em interpelar os palestrantes deverão inscrever-se previamente — o Lindberg está ali com a ficha — e terão à disposição o tempo de 3 minutos. Depois os demais participantes também disporão de 3 minutos para usar a palavra.

Comunico também que esta audiência pública está sendo transmitida pelo portal e-Democracia, com *link* disponível na página da Comissão do Esporte, no portal da Câmara, possibilitando, assim, a participação população popular por meio de perguntas dirigidas a esta Comissão.

Eu tenho aqui algumas manifestações, como da Secretaria de Esporte do Estado do Rio Grande do Sul, que fez uma nota sobre a medida provisória, e também de clubes. Ao final, se houver tempo, lerei todas as notas que me passaram aqui.

Quero cumprimentar também a nossa querida Leila. Depois batemos um vôlei, Leila. Não tenho muita habilidade para o vôlei e nem altura. (*Riso.*)



Para iniciar, passo a palavra ao Sr. Rogério Sampaio, que dispõe de 5 minutos para a sua preleção.

O SR. ROGÉRIO SAMPAIO - Boa tarde a todos.

Eu gostaria de cumprimentar todos os Deputados aqui presentes. Cumprimento todos os dirigentes; o Jair Pereira, do CBC; o Robson Aguiar, da CBDE; os presidentes de confederação; o Marco Antônio La Porta, Vice-Presidente do Comitê Olímpico do Brasil. Cumprimento, de maneira muito especial, os medalhistas aqui presentes. É sempre uma grande alegria nos encontrarmos. Estou vendo a Leila um pouco mais ao fundo; o Lars Graef, um exemplo a ser seguido por todos nós; a Ana Moser, sempre muito atuante.

Eu não sei se há mais algum medalhista olímpico aqui. Está aqui o Deputado João Derly, atleta olímpico, além de diversos Deputados.

Foi com bastante preocupação que nós do Comitê Olímpico Brasileiro, no final de semana, recebemos a informação sobre a possibilidade de aprovação de uma medida provisória que retira recursos do esporte.

Quando recebemos a informação, não sabíamos exatamente quantos recursos seriam retirados, de que maneira eles seriam retirados, enfim. Mas foi com bastante indignação que recebemos a notícia de que esta medida provisória foi assinada na segunda-feira e de que ela traz um grande prejuízo ao Comitê Olímpico do Brasil.

Inicialmente nós temos a perda de um valor anual importante, mas também a perda de um recurso prognóstico por ano, que, em anos de jogos olímpicos e jogos pan-americanos, é dobrado e nos possibilita, por exemplo, fazer a preparação dos nossos atletas que estarão lá em Tóquio, daqui a 2 anos.

Preocupa-nos muito mais o equilíbrio do Sistema Nacional do Desporto. Entendemos que todos os órgãos de administração que recebem recursos de loterias fazem um trabalho importante para que, em algum momento, atletas sejam revelados e possam chegar a ser desenvolvidos pelo Comitê Olímpico do Brasil e participar de competições esportivas internacionais.

Com essa medida provisória, o CBC deixa de receber esse recurso, e um trabalho importante e fundamental, realizado pelos clubes, deixa de acontecer. Também a CBDE e a CBDU deixam de receber um recurso importante num trabalho que é desenvolvido através de eventos esportivos, de competições e que, ao longo



dos anos, tem ocupado um papel importante no desenvolvimento e na revelação de diversos valores do Brasil.

Também nos preocupa muito que o Ministério do Esporte deixa de receber o recurso que repassa às diversas Secretarias Estaduais. Eu sei que o tempo é curto, mas registro que nós estamos tendo uma reunião no COB agora — esta reunião já estava agendada —, com todos os representantes das Secretarias Estaduais, exatamente para tratar da participação dos Estados nos jogos estudantis que acontecem em novembro, em Natal.

Este evento acontece nos últimos anos e é organizado pelo COB. Lá em Natal, os atletas têm assegurados hotel, alimentação e participação nas competições. Mas, por exemplo, os Estados têm a obrigação de enviar esses atletas de avião, para Natal. Fico imaginando como o Rio Grande do Sul vai fazer, sem esse recurso, para enviar uma delegação de 200 a 250 atletas até Natal, entendendo que ele e muitos outros Estados já passam por momentos de dificuldade orçamentária. A preocupação é grande.

E nós hoje não temos, por exemplo, a informação, após a aprovação da medida provisória, da maneira como será repassado o percentual dos recursos das loterias. Pela lei antiga, que foi substituída pela medida provisória, os recursos iam para o COB a cada 10 ou 11 dias e eram repassados para os diversos projetos das confederações e do próprio COB. Hoje, ainda não temos essa regra definida e ficamos na expectativa. *“Será que nós vamos receber esse recurso somente no final do ano? Como é que nós vamos arcar com os compromissos já assumidos?”*

Por exemplo, nos próximos dias, embarca para o Japão uma equipe de handebol. A equipe de vela está indo para a Dinamarca agora e de lá também já embarca para o Japão, para desenvolver um trabalho de reconhecimento do local onde nós faremos a nossa aclimatação nos jogos das Olimpíadas de 2020.

O Sistema Nacional do Desporto vem avançando muito nos últimos anos e funciona como um relógio: qualquer modificação traz sérios problemas. Nós avançamos muito nos últimos anos em consequência do trabalho de muita gente, inclusive desta Casa. Demoraríamos muitos anos para recuperar tudo aquilo que perdemos agora, mesmo que o dinheiro retornasse. Se ficarmos 6 meses, 1 ano, 2 anos sem esse recurso, o esforço vai ter que ser muito maior para recuperar o tempo perdido.



Eu também gostaria de manifestar uma posição pessoal. Nas últimas 3 semanas, nós estivemos aqui conversando com diversos Deputados sobre o PL 6.718/16. As portas foram abertas e as entidades foram escutadas. O PL chegou a um modelo que atendia à Comissão do Esporte, mas também atendia a diversas preocupações das entidades desportivas, exatamente para que esse funcionamento do Sistema Nacional do Desporto não fosse colocado em risco.

O modo como essa medida provisória foi aprovada é que nos traz grande indignação. Ninguém do esporte foi escutado. Ninguém da cultura foi ouvido. Não foi realizado debate sobre de que maneira deveria ser feito o fomento ao sistema de segurança e de combate à violência no País — e nós sabemos e entendemos que é fundamental e importante. Contudo, toda medida ou lei aprovada e enfiada goela abaixo de qualquer setor da sociedade não será bem recebida. E nós não recebemos bem essa medida provisória, pela maneira como foi construída e pela consequência que traz para todo o Sistema Nacional do Desporto e para toda a sociedade brasileira, que deixará de ter o esporte como um dos pilares da sua formação.

Desculpem-me exceder o tempo, mas era importante falar sobre tudo isso.

Estaremos juntos na luta para garantir que haja o recurso do esporte e que o Sistema Nacional do Desporto funcione como deve, trazendo o desenvolvimento para o esporte nacional, com tem feito nos últimos anos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado, Sr. Rogério Sampaio. Passo a palavra ao Sr. Arialdo Boscolo.

O SR. ARIALDO BOSCOLO - Boa tarde a todos!

Cumprimento o Presidente da Mesa, o Deputado João Derly; e os Parlamentares aqui presentes, os Deputados Andres Sanchez, Vicente Candido e Leonardo Picciani.

Na qualidade de Presidente da FENACLUBES, eu sou membro do Conselho Nacional do Esporte e posso dizer sem nenhum risco, Srs. Parlamentares, que, desde que foi criado o Conselho Nacional do Esporte — os Anais mostram isto —, eu fui o membro que mais participou das reuniões desse Conselho ao longo dos diversos Ministérios e do exercício dos diversos Ministros que compuseram o referido Conselho. Não tenho dúvida disso. E registro, com uma indignação enorme neste momento, que jamais vi, desde a criação do Conselho Nacional do Esporte, no



Governo de Fernando Henrique — e participei de inúmeras audiências públicas nesta Casa, em especial desta Comissão —, um ato de tamanha insensatez.

Essa medida provisória desmonta tudo aquilo que ao longo do tempo nós desportistas tentamos construir. Este é o legado olímpico? Este é o legado, após o Brasil receber todos os grandes eventos? Como fazemos esporte, Srs. Deputados, se não temos a base? Como fazemos esporte, se não temos apoio ao esporte educacional e ao esporte universitário?

Acabei de ver aprovado nesta Comissão o requerimento do Deputado Vicente Candido que solicita realização de audiência pública para discutir o que todo mundo fala: é importante fazer o esporte na escola. É dessa maneira que esse Governo consegue construir? Isso é um absurdo! Eu nunca vi, em todos esses anos, nenhuma entidade, qualquer que fosse a entidade, ter benefícios retirados.

A FENACLUBES desenvolve, desde a sua fundação, quando sucedeu a função que até então era do Comitê Brasileiro de Clubes, a realização do Congresso Brasileiro de Clubes. Nós realizamos dois Congressos Brasileiros de Clubes e temos a nós destinada uma verba líquida — tendo como repassador o Ministério do Esporte — na ordem de 3 milhões de reais.

O Deputado Vicente Candido é um dos Parlamentares que já esteve presente em um dos nossos congressos e sabe a importância que tem o Congresso Brasileiro de Clubes em sua função de fazer com que o segmento de clubes tenha realmente a orientação, o treinamento e a discussão de seus problemas e de suas legislações.

Foram retirados 100% dos recursos do Congresso Brasileiro de Clubes nesta MP. E não se trata apenas dos recursos desse congresso — o Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes, Jair Pereira, terá a oportunidade de falar. Temos pouco mais de 60 milhões para fazer, só neste ano, mais de 70 competições do Campeonato Brasileiro Interclubes com as confederações.

Os órgãos de controle, como o TCU e a CGU, que esta Casa tem como órgãos de apoio, exigem que tenhamos transparência, exigem que tenhamos critérios, exigem que tenhamos planejamento. Pois bem, o Comitê Brasileiro de Clubes fez um planejamento ao logo de um ciclo olímpico. Eu pergunto aos senhores: como faremos com os funcionários a partir de hoje? Mais de 50 funcionários talvez não terão recursos, porque a partir de ontem, a partir de segunda-feira, já que foi publicado na segunda-feira, passamos a não receber um único centavo na folha de pagamento.



Nós temos compromissos assinados até 2020. Não se trata somente de repassar recurso, mas de fazer o acompanhamento da execução, fazer o acompanhamento da prestação de contas, comprovar que aquele recurso realmente foi utilizado para a finalidade pública. É uma insanidade essa MP, é um absurdo!

A FENACLUBES, como entidade de grau superior sindical, judicializará essa MP. Nós iremos à Justiça, efetivamente, contra a MP. Faremos todo o esforço agora, até a próxima segunda-feira, no sentido de ter o apoio dos Parlamentares para emendar essa MP, porque não podemos perder prazo. Temos até segunda-feira.

Na semana seguinte, nós buscaremos reuniões com o Presidente do Senado, com o Presidente da Câmara dos Deputados, e na Casa Civil. Nós vamos tentar fazer com que essa MP seja revogada, pela discussão política. Se não for possível, faremos todos os esforços.

Movimentaremos a comunidade, como está ocorrendo. Basta verem hoje o noticiário esportivo em todos os canais, em todas as mídias. Há revolta e manifestação das diversas entidades. Pega de frente o Comitê Brasileiro de Clubes — CBC, pega de frente a FENACLUBES, pega de frente a Confederação Brasileira do Desporto Universitário — CBDU e a Confederação Brasileira do Desporto Escolar — CBDE.

O esporte de base está atingindo em 100%. Hoje publicamos um boletim cancelando, só no segundo semestre, 72 campeonatos brasileiros de interclubes de todas as modalidades, de categorias de base, de Sub 13 a Sub 20. É um absurdo!

Desculpem o meu desabafo, mas tem que ser até com voz realmente excessiva, porque eu nunca vi isso! Volto a repetir: acompanho esta Casa, acompanho os debates, e nunca vi uma medida tão absurda como essa medida provisória, a ponto de o Ministro do Esporte não ter sido ouvido! Não passa pela minha cabeça isso!

Que país é esse, gente?! Esse é o legado das Olimpíadas? Esse é o legado dos Jogos Pan-Americanos? Esse é o legado dos Jogos Militares? Esse é o legado de dois campeonatos mundiais que foram realizados nestes últimos anos? O que faremos com as instalações? O que faremos com o investimento que foi feito? Para tudo?

Desculpem-me, era o que tinha a dizer. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado, Sr. Arialdo Boscolo.



Vou completar a Mesa e, após a fala dos quatro participantes, passarei a palavra ao Sr. Fernando Avelino Vieira, que hoje está como Ministro do Esporte e fará um relato. Sei que tem algumas notícias para compartilhar conosco.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - Sr. Presidente, eu queria me inscrever, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Quero sugerir a V.Exa. que, após essa primeira rodada da Mesa, passe a palavra aos Parlamentares, porque hoje é quarta-feira: temos que bater de escanteio e fazer gol de cabeça. Precisamos ir ao Plenário e a outras Comissões e reuniões, sem prejuízo de voltarmos para cá, nessas idas e vindas. Sugiro a V.Exa. que conceda a palavra a quem queira fazer um primeiro pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Vou acatar a sugestão do Deputado Vicente Candido.

Vamos fazer uma mescla. Após a fala dos quatro participantes e do nosso querido Ministro Fernando Avelino, hoje Ministro em exercício, vamos conceder a palavra a dois Deputados e novamente a dois da lista de convidados. V.Exas. concordam? *(Pausa.)*

Passo a palavra ao Sr. Tiago Camilo.

O SR. TIAGO CAMILO - Boa tarde, Deputados, dirigentes, atletas!

Acredito que esta audiência extraordinária mostra a gravidade desta MP, que retira grande parte do orçamento do esporte e destina para a segurança pública.

É importante deixar claro que nossa comunidade não é contra qualquer investimento em segurança; somos contra a retirada da verba do esporte. Tirar a verba do esporte e colocar na segurança não vai resolver o problema da segurança pública no Brasil. E a ausência dessa verba vai fazer um buraco no esporte brasileiro.

Temos inúmeros atletas aqui e sabemos a evolução que o esporte teve até 2016, nos Jogos Olímpicos — todo o investimento, tudo aquilo que foi feito. E isso é um retrocesso. Em médio e longo prazo, a segurança pública vai piorar e, de imediato, o esporte vai parar, como o Presidente acabou de falar. Como todos já sabem, em qualquer país, o desenvolvimento humano, o desenvolvimento social passa pelo esporte. Investir no esporte é investir na segurança, na saúde, na educação.



Vou ser um pouco redundante. Todos já fizeram um manifesto, mas é importante eu falar. Fui da época do “paitrocínio”, foi meu pai quem teve de investir. Hoje, não: os atletas têm recurso do Ministério do Esporte, do Comitê Brasileiro de Clubes — tinham, não é? E onde essas crianças e adolescentes estarão no ano que vem? Fazendo o quê? Esta é uma grande preocupação.

Foi uma medida sem consulta, sem discussão, sem diálogo, como o Rogério disse, imposta. Acredito que, em um país com democracia, não é assim que se constrói um país melhor. Não é dessa forma! Eu acredito que é com diálogo, com proposta, com inteligência, com programas que realmente façam a diferença, e não tirar do esporte, que é uma ferramenta tão poderosa de transformação social. O esporte oportuniza às crianças o acesso a um sonho de um futuro diferente do que eles vivem. Vemos quantas crianças têm acesso ao esporte hoje.

Flávio Canto fez um depoimento hoje a respeito do Reação. Eu também tenho um projeto em São Paulo: atendemos 800 crianças nas comunidades — dentro das comunidades. E nós vemos o poder de transformação. Eles sonham com aquilo, imaginam, projetam um futuro diferente. O esporte é uma ferramenta poderosa.

Então eu acredito que nós temos que nos unir contra esta MP, brigar, lutar, porque é um absurdo isso acontecer em um país que, há 2 anos, sediou os Jogos Olímpicos — os materiais, as arenas, os ginásios, quem ocupará esses espaços? Com a verba investida, o Brasil pode ser um dos únicos países que vai regredir após a realização dos Jogos Olímpicos.

Eu, representando hoje a Comissão de Atletas do Comitê Olímpico do Brasil, venho aqui me manifestar de forma contrária a esta medida provisória, que vai sangrar o esporte brasileiro.

Nós estamos impactados pela forma como ela foi feita. Então, acredito que temos de nos unir e, de uma forma democrática, com programas realmente inteligentes, construir um Brasil melhor.

Dessa forma, a questão da segurança vai piorar, e o esporte vai parar a partir de agora.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado, Tiago.

Passo a palavra agora, para completar a Mesa, ao Sr. Nelson Hervey.

O SR. NELSON HERVEY - Boa tarde!



Queria saudar os Srs. Deputados; o Sr. Andrew Parsons, Presidente do Comitê Paralímpico Internacional, que muito nos honra com a presença; e na pessoa do Sr. Parsons, todas as autoridades aqui presentes.

Amigas e amigos do esporte, vou usar a frase do Tiago: “*O esporte é uma ferramenta poderosa*”. É uma ferramenta poderosa de inclusão; é uma ferramenta poderosa de combate à violência; é uma ferramenta poderosa de vida saudável, de promoção da saúde.

E o esporte, para a pessoa com deficiência, transcende esses valores, porque recupera a autoestima, produz cidadania, produz inclusão na sociedade e, em muitos casos de alto rendimento, gera renda para essa pessoa com deficiência e sua família.

Então, em nome do Comitê Paralímpico, eu venho aqui manifestar nossa solidariedade aos atletas, contra essa violência de retirar recursos para a formação e para o esporte de base em nosso País.

Em especial, quero mencionar a Confederação Brasileira do Desporto Escolar — CBDE, nossa parceira de longas jornadas nas Paralimpíadas Escolares, realizada pelo Comitê Paralímpico Brasileiro, o maior evento escolar do mundo, exceto talvez para a China, porque é difícil fazer comparação com esse país. Mas, sem dúvida, a Paralimpíada Escolar é nossa maior competição. Já estamos há mais de 10 anos realizando esse evento.

Quero mencionar a Confederação Brasileira do Desporto Universitário — CBDU, nossa entidade parceira dos Jogos Paralímpicos Universitários. Fizemos agora a terceira edição, caminhamos juntos.

Também o Comitê Brasileiro de Clubes, por toda a relevância e os aspectos já ditos aqui pelo Arialdo, mas ainda pela formação. Como vocês podem verificar, no relatório deles de prestação de contas, só no ano passado fizeram seis competições paraolímpicas. Nós estamos numa grande parceria com o Comitê Brasileiro de Clubes. Então, queria manifestar aqui nosso apoio a esse grande parceiro.

O Ministério do Esporte, porque grande parte dos recursos que compõe o seu orçamento vem dos recursos que ora diminuem.

As Secretarias Estaduais, que têm um papel fundamental para nós do Comitê Paralímpico, porque são as Secretarias Estaduais, em parceria com a CBDE, que fazem as seletivas escolares da Paralimpíada Escolar. Então, estamos falando realmente de formação, de base.



Por fim, menciono o próprio Comitê Paralímpico.

Nós fizemos alguns cálculos e estamos estimando uma perda entre 6 e 11 milhões. A situação das entidades que eu comentei obviamente é muito mais complexa, dramática, mas isso também nos impacta.

Na nossa avaliação, na nossa opinião, um dos maiores legados dos Jogos está em São Paulo, que é o Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro, considerado o terceiro maior do mundo, para 15 modalidades; 22 modalidades paraolímpicas já praticaram algum tipo de treinamento lá. Quem teve a oportunidade de conhecer sabe disso e quem não teve está absolutamente convidado a conhecer o Centro de Treinamento. Essa gestão custa para o Comitê Paralímpico. Nós implementamos lá também um centro de formação esportiva para crianças da rede pública municipal de todo o entorno, ou seja, ampliamos nossas atividades. Portanto, reduzir o nosso recurso também é muito grave.

Eu queria manifestar o nosso apoio a esse movimento, a esta Comissão e dizer que estamos à disposição no Comitê Paralímpico Brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado, Nelson.

Passo a palavra agora ao nosso querido Fernando Avelino. Depois, passarei a palavra a dois Deputados. E haverá um revezamento com os nossos próximos inscritos. Então, a ordem é o Deputado Deley e, depois, o Deputado André Sanches.

Primeiro, tem a palavra o Sr. Fernando Avelino Vieira.

O SR. MINISTRO FERNANDO AVELINO VIEIRA - Boa tarde a todos!

Muito obrigado, Deputado João Derly, pela oportunidade. Agradeço, em nome do esporte, do segmento do esporte, a presença de todos, a presença massiva dos vários segmentos do esporte.

Eu queria deixar bem claro no primeiro momento...

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O Governo foi rebaixado, o Ministro não foi ouvido. Nós estamos rebaixando, e ele nem foi compor a Mesa. Coitado do Ministro do Esporte!

O SR. MINISTRO FERNANDO AVELINO VIEIRA - Não! Mas está bom. Aqui está bom.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Ponha uma quinta cadeira ali.

O SR. MINISTRO FERNANDO AVELINO VIEIRA - Agradeço, mas...



O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - O Parlamento não vai rebaixá-lo, não. Nós vamos engrandecê-lo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Está certo. V.Exa. tem razão.

O SR. MINISTRO FERNANDO AVELINO VIEIRA - Eu agradeço, mas estou confortável aqui e satisfeito.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Eu sei, mas nós estamos desconfortáveis. Temos que realçar a presença do Ministro aqui. *(Palmas.)*

O SR. MINISTRO FERNANDO AVELINO VIEIRA - Muito obrigado pela gentileza, Deputado.

É importante nós, como funcionários do Ministério do Esporte, como brasileiros, e no meu caso particularmente como carioca, dizermos aqui pelo Ministério do Esporte que estamos absolutamente engajados com as questões e os objetivos maiores da segurança pública.

Nesta linha é que nós temos que entender que o esporte é um dos maiores vetores para tirar as crianças do crime organizado, como bem disse o Presidente da Comissão de Atletas, o judoca e campeão Tiago Camilo.

Na verdade, as crianças, num primeiro momento, se entusiasmam com os sonhos do esporte e depois, é claro, elas correm também para os sonhos da educação.

O sistema do esporte está sendo atingido em 500 milhões de reais com esta medida provisória, do jeito como ela está atualmente. Eu só ia sublinhar dois pontos. Um deles é o próprio Comitê Brasileiro de Clubes, que passa a receber absolutamente zero, nada. E os clubes, como todos nós sabemos, são os grandes formadores da meninada de base espalhada em todo o Brasil.

Outro aspecto que eu gostaria de deixar bem claro e para o qual eu pediria bastante atenção dos Parlamentares é que, no ano passado, nós distribuimos cerca de 130 milhões, 140 milhões para todas as Secretarias Estaduais do Brasil, que não estão com muitos recursos, mas já se comprometeram com alguns projetos. E, a partir desta mesma medida provisória, elas passarão a perceber zero. Além de não terem os recursos para investir, elas vão ficar inadimplentes. Esse assunto é muito importante para os Estados da Confederação.

Na linha, repito, do engajamento com a Secretaria, com o Ministério da Segurança Pública, vindo para cá, eu tive a felicidade de receber um telefonema do



Ministro Jungmann, que colocou, com muita tranquilidade, com muito conhecimento de causa, a nossa dificuldade no Ministério do Esporte. Ele falou assim: *“Fernando, pode ficar tranquilo. Nós estamos estudando essa medida provisória a fundo, para que não percamos os objetivos da Secretaria de Segurança Pública e o Ministério do Esporte, o esporte, o segmento do esporte como um todo não seja prejudicado em nada”*. Ele acredita que ainda hoje vai haver essa solução para a medida provisória.

Era o que eu tinha a acrescentar. Espero que cheguemos ao nosso objetivo final, que é manter o mínimo que já possuíamos, que não é muito. Repito: o Ministério do Esporte tem um orçamento para o ano 2018 e certamente para o de 2019, o orçamento futuro, jogado lá para trás, o mesmo do ano de 2006. Então, não podemos perder o avanço que já temos. Nós não podemos perder o legado dos eventos que tivemos.

Temos, sim, que ter a consciência de que a segurança pública é um assunto que merece ser enfrentado com galhardia, com inteligência e com esforço, mas não podemos prejudicar o esporte, que é, absolutamente, um parceiro reconhecido da segurança pública. Não é interessante nem inteligente para a segurança pública afetar o esporte.

Era isso que eu gostaria de dizer.

Muito obrigado a todos pela atenção. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado, Ministro Fernando.

Eu posso quebrar um pouquinho o protocolo, já que vou passar a Presidência ao nosso Presidente da Comissão? Que garantias nós temos de que o esporte não vai retroceder? Não sei o que foi conversado hoje à tarde, mas precisamos de garantias.

O SR. MINISTRO FERNANDO AVELINO VIEIRA - Garantia *no soy yo*, mas foi um alento. Foi um telefonema atencioso, em que ele demonstra, representando o Governo, que eles estão preocupados em efetivamente não trazer prejuízos ao esporte.

É isso o que tenho a dizer. A princípio, ainda hoje, no fim do dia, nós teremos uma resposta. É o que tenho a deixar claro sem nenhuma aspa a colocar, porque as palavras foram recebidas espontaneamente pelo Ministro Raul Jungmann. Foi ele quem me telefonou. Eu achei muito confortável, vamos dizer assim, essa participação proativa dele.



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Passo, então, a Presidência ao Presidente da Comissão.

Presidente, nós combinamos que falaríamos dois Deputados. Mas, como só temos quatro Deputados, vamos deixar os quatro se pronunciarem, seguindo o cronograma. Depois, voltamos aos nossos oradores. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Valle) - Passo a palavra ao Deputado Deley.

O SR. DEPUTADO DELEY - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa.; o autor do requerimento, o Deputado João Derly; Fernando Avelino, representando o Ministro Leandro Cruz; todos os nossos companheiros, amigos, representantes do esporte, das confederações; os atletas e ex-atletas, na pessoa do Lars.

É um prazer tê-lo mais uma vez aqui, Lars!

Eu, particularmente, acho tudo surreal! Este Governo, aliás, tem conseguido alguns ineditismos. Que bom que ele conseguiu irritar a classe esportiva! Fico feliz de estarmos aqui! Na semana passada ou retrasada, nós tivemos uma reunião com os atletas; depois, tivemos com os clubes.

Na verdade, meu querido amigo de pelada Fernando Avelino, o Raul Jungmann ligar para você não quer dizer nada *(Riso)*. Acho que ele deve ter ficado envergonhado. Ele, como Ministro da Segurança Pública, deve ter dito do Palácio: *“Rapaz, nós demos um tiro no pé ou, então, nos dois pés!”* Só podemos entender dessa forma. Querer tirar de quem já não tem?! Você mesmo disse que o nosso Orçamento já voltou à época de 2006. Então, sinceramente, acho que todos aqui já falaram da nossa revolta.

Eu, quando estive há 3 semanas na reunião dos atletas, até brinquei — brinquei, não —, reproduzi um diálogo que ouvi. E parece que a coisa vai acabar acontecendo, porque mexeram com a cultura também. Vou repetir aqui, para quem não ouviu: uma vez, quando mexeram com a cultura, o Ney Latorraca disse que ia ficar nu lá no Palácio do Planalto. Acho que nós não precisamos chegar a tanto, mas fico feliz de estarmos aqui reunidos.

Aproveito a presença de tanta gente importante do esporte para dizer que tenho um projeto. E falo diretamente com o representante do COB, não por ser meu o projeto, ele poderia ser de qualquer um, mas acho que não dá mais. Esta briga nos une.



Eu quero aproveitar a oportunidade e sugerir que nós também, sempre de uma forma responsável, tranquila, equilibrada, mudemos esse modelo eleitoral. Não dá mais!

O Presidente da Confederação Brasileira de Vela esteve aqui. Nós também tivemos a presença do Dr. Mário Drumond, que trouxe o modelo espanhol. Eu acho que mais do que estarmos brigando por essa verba, que já é pouca... Sinceramente, acredito que essa medida provisória não se sustenta por 3 dias, principalmente por conta da nossa mobilização.

Fica, aqui, Presidente, desde já — parece-me que V.Exa. está vindo de uma reunião no Ministério do Planejamento —, a sugestão de irmos ao Presidente Rodrigo Maia, regimentalmente, se for o caso, porque ele já derruba essa medida provisória, e ela não tenha 5 dias de vida.

Todos nós sabemos que o Brasil passa por uma crise sem igual na questão da segurança. Agora, não vai ser tirando do esporte, realmente, que se resolve.

Na semana passada, eu tive a oportunidade de ser convidado pelo centro de Educação Física da Marinha, o CEFAN. Fiquei encantado! Quem vai lá são crianças daquela região que conseguem ter cidadania, têm incutidos dentro delas valores. Se nós não fizermos aquilo que está lá ou usarmos esse modelo, não vai adiantar nada. Esse dinheiro que eles querem é para resolver o problema. Nós queremos evitar o problema.

Eu já estou de saco cheio de falarem assim: *“Ah, o esporte é um belo instrumento social. Ah, vem cá, para tirar foto com o Presidente”*. Não tem que vir, nada! Tem que parar tudo mesmo, entendeu? E, quando eu digo isso, dizem: *“Ah, Deley!”* Eu já parei. Eu já me neguei a falar com o Presidente da República quando estávamos na campanha das Diretas Já.

Então, Lars, nós, ex-atletas, atletas, temos que definitivamente participar de forma mais ativa. Não há nada pessoal contra ninguém. Mas, primeiro, esse modelo está carcomido. Não dá, por exemplo, para ter um Presidente de federação de voleibol que está no cargo há 30 anos e que não escuta ninguém. Iguais a ele nós temos vários, vários!

Meus amigos do COB, vamos sentar, vamos conversar, vamos brigar pelos nossos recursos, mas também vamos tentar mudar esse modelo copiando quem sabe esse modelo espanhol, que vai trazer grande progresso para o esporte brasileiro.



Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Valle) - Com a palavra o Deputado Andres Sanchez.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - Primeiramente, cumprimento todos aqui presentes e, na pessoa da Ana Moser, cumprimento todos os ex-atletas e os atletas.

Eu não vou me estender muito, porque vou ser praticamente repetitivo. Sou contra a medida provisória. O Corinthians está se mexendo. Com o Flamengo, o Fluminense e outros clubes, nós vamos fazer uma pressão muito grande para essa medida provisória cair o mais rápido possível. Se não, o Corinthians e o Flamengo vão acabar com o esporte olímpico.

Não faz sentido, com os poucos times de futebol que temos fazendo parte olímpica, acabar com o setor. Uma maneira de nós pressionarmos também é acabar. Acho que temos que nos unir mais — faço minhas as palavras do Deley —, mas também temos que rever um monte de coisas.

No Ministério do Esporte, principalmente no COB, tem que se rever um monte de coisas. Não pode, nas Olimpíadas, o COB gastar milhões com terno e gravata, e o atleta não ter quase condição de ir trabalhar.

Então, é isso que temos que rever. Eu quero ajudar, quero me meter nesse meio. Mas, ou nós mudamos a maneira de fazer a política dentro das associações... Não para de haver associação. Cada dia aparece uma nova associação. Nós também temos que rever isso — é uma confusão enorme! — para perdermos o mínimo possível. E, se não pressionarmos, podem ter certeza de que isso aí passa.

Temos que pressionar, primeiro, nesta Casa; depois, na Casa Civil. Vocês têm o meu apoio, o apoio do Corinthians. O que pudermos fazer vamos fazer.

Esta semana, já vai sair uma medida grande dos clubes de futebol. Vamos tentar ir até o Presidente da República e falar para ele que isso é um absurdo, porque, se acabar o pouco de esporte que já existe, vai aumentar a violência. Essa é a verdade! Só se acaba a violência com educação e esporte. Mas as pessoas entendem de forma diferente neste País, e nós temos que brigar.

Não vou me prolongar aqui. Não vou entrar em detalhes da medida provisória, porque todos os que já falaram foi sobre disso e os que vão falar novamente será sobre isso também.



Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Valle) - Passo a palavra ao Deputado Vicente Candido.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Sr. Presidente Alexandre Valle, por economia processual, cumprimento o Arialdo e, na pessoa dele, todos os dirigentes do esporte brasileiro, o Sr. Fernando Avelino, os dirigentes públicos, e, na pessoa da Ana Moser, os atletas aqui presentes e ex-atletas.

Eu quero, aliás, fazer menção também a Lars Grael, que está aqui, grande parceiro. Tive a oportunidade de ser Deputado Estadual em São Paulo. Era oposição, mas ali travamos uma verdadeira batalha pelo esporte brasileiro, independentemente das colorações partidárias. Registro essa admiração em todo momento em que posso.

Eu também vou ser objetivo. Aqui não é o caso de nós ficarmos convencendo o outro aqui, pela importância do esporte. Não vai haver divergência nenhuma aqui nem com o Governo, conforme já expressado aqui pelo Ministro. Pela agressividade da decisão, pela relevância da decisão negativa, cabe aqui nós sermos muito objetivos e vermos quais são os passos seguintes, o que nós podemos fazer, e não é para derrotar o Governo em si.

Eu sou da Oposição, mas, diferentemente ali do Deputado Deley, não há alegria nenhuma de estar aqui discutindo essa medida neste momento. Isso é triste para o futebol brasileiro. Isso é triste para o esporte brasileiro. Essa é uma regressão. No momento em que nós achávamos, depois de Copa e de Olimpíadas, que nós estaríamos avançando, nós vemos medidas como essa, feita por algum burocrata.

Espero que o ex-Ministro aqui nos revele o que rolou nos bastidores para sair uma medida provisória dessas, porque ela não sai de uma hora para outra. Tem-se que consultar vários órgãos, mas eu julgo que, depois da greve dos caminhoneiros, deu a louca no Palácio, porque só isso para explicar.

Outro dia, eu estava entrando na sala do Líder do Governo, Aguinaldo Ribeiro, e saiu a notícia da MP do Frete. Eu falei: *“Aguinaldo, eu não estou entendendo. Um Governo neoliberal, que está vendendo tudo o que se pode vender no Brasil, editar uma medida dessas e querer regulamentar frete?”* Nem um pãozinho nós conseguimos fazer mais, que é uma coisa objetiva, imagine regulamentar frete! Eu não estou entendendo. Este Governo deve estar mais ou menos maluco.



Vejam o que aconteceu no Brasil: há relatos e mais relatos de que triplicou o preço da carga, e o Brasil está parado. Eu não sei por que o Brasil foi se meter numa situação dessas de querer estatizar o valor do frete.

Uma medida provisória dessas agride todos os princípios da segurança jurídica. Está aqui relatado pelo Arialdo. Agride o princípio da razoabilidade — porque não é razoável fazer uma medida dessas, desse jeito, sem conversar com o Ministro da área —, o princípio da continuidade dos serviços públicos — os senhores são a extensão do Estado; aquilo que o Estado deveria fazer os senhores estão fazendo — e o princípio do bom senso.

Querer achar que, acabando com a área da cultura e do esporte, vai-se resolver segurança pública... Aliás, a intervenção no Rio de Janeiro está mostrando isso. E podemos aqui avocar aquela máxima popular: onde falta pão, todo mundo grita, e ninguém tem razão. Se fosse assim, o Rio de Janeiro estaria muito seguro, com as Forças Armadas em peso na rua. E vejam o que está acontecendo lá. Então, é muito mais grave do que isso.

Vai haver segurança pública no dia em que houver tranquilidade social, o jovem conseguir fazer o ensino médio, pelo menos, de qualidade; entrar na universidade; procurar uma vaga no mercado de trabalho de cabeça erguida, sem ter medo de olhar olho no olho; o filho do pobre conseguir entrar na mesma escola que o filho do rico. É isso que vai garantir segurança pública.

Deputado Andres Sanchez, por que a violência lá em Moema, no bairro de São Paulo, é diferente da de Capão Redondo? Porque os filhos de Moema conseguem acessar uma escola de qualidade. Esse é o princípio básico.

Estudem a população carcerária brasileira. Nem 2% da população dentro do sistema carcerário fez o ensino médio, não conseguiram fazer o ensino médio. Isso mostra que, mesmo fazendo o ensino médio, que é uma grande porcaria no Brasil, infelizmente, o jovem está livre do mundo do crime. Então, é educação. Já dizia Bobbio: *“Governo que não faz escola tem que fazer presídio”*. E é o que está acontecendo no Brasil. E vai fazer presídio.

Quanto custa um presidiário em detrimento de uma criança na escola? Colocar uma criança na escola em período integral é muito mais barato do que manter um presidiário. Então, o Governo deveria aprender a fazer essas contas. Eu pensei que



nessa altura do campeonato, já plagiando por analogia ao esporte, nós já tivéssemos aprendido isso.

E fazendo tudo isso, que não é muito dinheiro — tiram-se aqui 500 milhões de reais do esporte e da cultura —, para quem não tem nada, acabou. Agora, o Governo, quando quer, arruma com muita facilidade 1 bilhão de reais, 2 bilhões de reais. É leilão do pré-sal; é fazer alguma medida provisória em carga tributária, para torná-la justa; é legalização dos jogos, o que colocaria no caixa do Governo 20 bilhões de reais por ano, o que poderia fazer por medida provisória, se quisesse fazer. Aliás, o texto da medida provisória está pronto, e já vinha desde o Governo Dilma. Está aqui na Casa um projeto dessa natureza. Sobraria dinheiro. Poderíamos triplicar o dinheiro do esporte e resolver a segurança pública. Haveria muito mais unidade entre nós, a sociedade, e o Congresso Nacional, do que ao se fazer uma aberração dessa, tirando de quem não tem nada, que vai ficar sem coisa nenhuma.

Então, Ministro Leonardo Picciani, eu sei que V.Exa. está constrangido. Aliás, no processo de *impeachment*, V.Exa. foi implacável, segurou a onda até a última hora. Nós entendemos isso. Não é o seu caso. Mas eu acredito que muitos que votaram no *impeachment* neste momento já devem estar fazendo mea-culpa, porque vai ser atrapalhado, e o Brasil não merece tanta confusão dessa maneira, principalmente em cima dos mais fracos.

Então eu queria aqui sugerir, Presidente Alexandre, que, a partir desta audiência — que ela fosse bem objetiva, até porque estão aqui todos os dirigentes —, nós fôssemos conversar com o Governo, sem querer derrotar o Governo, que já está superderrotado, e dizer o seguinte: “*vamos retirar a medida provisória e ver o que nós conseguimos fazer para a segurança pública, que é outro problema que a sociedade quer resolver*”, mas não serão 500 milhões de reais que vão resolver a segurança pública. Vejam o Rio de Janeiro. Bilhões de reais estão sendo colocados no Rio de Janeiro, e isso também não está resolvendo.

Quem sabe, por exemplo, o Governo se anime a fazer a medida provisória de legalização dos jogos — porque, aliás, os jogos estão por aí clandestinos, na barba do Governo, só não vê quem não quer. Já que é uma modalidade econômica, perante o Código Tributário Nacional, o Governo pode tributar a hora que quiser, porque a modalidade existe, e um monte de gente está enricando clandestinamente. Então, por que não fazer?



Isso está no texto, por exemplo, da Lei Geral do Turismo, que está na pauta. Isso não seria uma saída muito mais tranquila, porque sobriaria dinheiro além da segurança pública, e nós poderíamos dar até um pouco mais para o esporte, para honrar a sede das Olimpíadas e da Copa do Mundo, o Brasil?

Então, para ser bem objetivo, que nós pudéssemos, junto com o ex-Ministro que está aqui, junto com o Ministro interino e esta Comissão, procurar o Governo já na semana que vem, para construir a saída, para que o Governo retire essa medida provisória, para nós não passarmos por tanto constrangimento aqui no Congresso Nacional. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Valle) - Parabéns!

O SR. DEPUTADO DELEY - Presidente...

Deputado Vicente, eu não estou feliz, não! Estou feliz de ver a galera reunida. Não foi isso o que eu quis dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Valle) - Passo a palavra ao Deputado Leonardo Picciani.

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Uma boa tarde a todos. Quero cumprimentar o Deputado João Derly e o Deputado Alexandre Valle, nosso Presidente da Comissão, saudar todos os que compõem a Mesa, toda a comunidade esportiva aqui presente, os atletas, muitas personalidades do esporte aqui presentes, de modo que eu, ao cumprimentar a Mesa, estendo os cumprimentos a todos, atletas, dirigentes, dirigentes de organizações não governamentais, dirigentes de entidades esportivas, de confederações, de comitês. Cumprimento aqui o Presidente do Comitê Paralímpico Internacional, Andrew Parsons, enfim, muitas personalidades do esporte, Ana Moser, Lars Graef, diversos expoentes do esporte brasileiro, e na Mesa também, Tiago Camilo, Rogério Sampaio, João Derly, grandes expoentes do esporte brasileiro.

Eu queria primeiramente dizer, Deputado Vicente, que a medida não me constrange. Eu acho que quem deve estar constrangido com a medida é o Governo, que, sem dúvida nenhuma, promoveu por obra dos burocratas uma grande trapalhada, aproveitando-se de uma diretriz, de um desejo legítimo e importante do Presidente da República, que era estruturar a área de segurança, estruturar o enfrentamento à criminalidade, algo em que, aliás, nenhum outro Governo Federal no Brasil quis botar a mão. Sempre empurraram o problema da segurança para os Estados da Federação.



Mas a verdade é que, aproveitando-se desse interesse e dessa diretriz do Presidente, que é uma diretriz adequada e correta, promoveram uma grande trapalhada, Deputado Vicente.

E quando nós olhamos — ontem, eu estudei muito os números dessa medida provisória —, vemos quem está perdendo e quem está ganhando. Está perdendo o esporte a sua principal fonte de receita e financiamento, pouco mais de 500 milhões de reais/ano; está perdendo a cultura mais de 300 milhões de reais dos seus recursos; está perdendo o FIES, portanto, a educação, quase 1 bilhão de reais, 918 milhões de reais. E basta nós vermos quem está ganhando para saber qual foi a obra que os burocratas fizeram.

E aí está a nossa grande surpresa. A segurança pública não é nem aquele que mais ganha. Tem gente ganhando muito mais com a medida provisória do que a área de segurança, que é uma área que todos nós concordamos que precisa de recursos. Estão sendo aumentados em 750 milhões os prêmios das loterias, sob o argumento de que isso faria com que supostamente as loterias se tornassem mais atrativas e, portanto, aumentasse a base de arrecadação das loterias.

Nós fizemos um estudo de ontem para hoje, e, de 2008 a 2017, as loterias cresceram em média, ano após ano, 10,8%. Então, elas já são muito atrativas. Não há nenhum problema de atratividade das loterias. Junto a isso, veio algo que passa como um jabuti e que passa a cobrar o imposto de renda sobre os prêmios, o que aumenta barbaramente a arrecadação do Estado brasileiro, já que os prêmios hoje são isentos da cobrança do imposto de renda.

A Caixa Econômica Federal aumentou a sua parcela, de 10% hoje, como organizador e gestor das loterias federais, para 19,13%. Olha, isso é mais do que o dobro do que recebem o esporte e a segurança juntos. Não estou nem colocando a cultura, e poderia colocar a cultura junto também, que não chegaria nem perto daquilo que o banco estatal cobra para organizar os concursos de loteria, algo muito rentável, que, hoje, pela tecnologia que tem, funciona quase que no automático.

Para não me alongar muito, eu quero dizer — e digo isso aqui com muita tranquilidade, como ex-Ministro, como Parlamentar, como membro do mesmo partido do Presidente da República, como ex-Líder do partido aqui na Câmara dos Deputados — que acho que o Governo deve ter a humildade de reconhecer o seu equívoco e voltar atrás. Deve de imediato retirar essa medida provisória de tramitação. Se assim



não fizer, nós devemos, nesta Casa... E eu vou defender que se instale de imediato a Comissão Especial. Eu, aliás, já estou designado pela bancada do MDB para fazer parte da Comissão, e vou defender isso na Comissão: que a Comissão analise antes de qualquer debate o pressuposto constitucional de relevância e urgência e rejeite o preceito constitucional de relevância e urgência, já cessando de imediato a tramitação da medida provisória. E, se ainda não for possível, nós vamos... Eu estou apresentando também hoje, Deputados Andres Sanchez e Vicente Candido, uma emenda que retorna todos os percentuais do esporte brasileiro, sem mexer em um centavo daquilo que está proposto que vá para a segurança pública, preservando integralmente os recursos do esporte e integralmente os recursos da segurança pública, já que, se o objetivo da MP é cuidar da segurança pública, nós vamos cuidar. E o esporte é, sim, uma ferramenta fundamental para estar consorciada, junto com a cultura e com a educação, com a segurança pública, para curto, médio e longo prazos.

Então, é possível dotar a segurança de recursos sem tirar das áreas sociais. É preciso só um pouquinho de sensibilidade dos burocratas da área econômica para entender que os brasileiros e brasileiras não são apenas números, são pessoas, homens, mulheres, jovens, crianças, idosos, que compõem a nossa sociedade e que dependem dos programas sociais, dependem da ação do Estado, assim como o esporte brasileiro depende da ação do Estado no seu desenvolvimento.

E eu quero aqui, sem polemizar com o Deley, com os outros companheiros, dizer que se investiu muito. O poder público investiu muito no esporte brasileiro nos últimos anos, e isso foi fundamental para a evolução que o esporte brasileiro teve, tem tido e continua tendo dia após dia. Ajustes sempre serão necessários. E ninguém se furta a fazer. Fizemos ajustes no Ministério, já por regulamentação da Lei Pelé: estipular a obrigatoriedade da participação de um terço de atletas no colégio eleitoral das entidades esportivas; fizemos via regulamentação a limitação dos gastos na atividade-meio, preservando os gastos na atividade-fim.

Se ainda existem ajustes a serem feitos, vamos continuar debatendo. Mas, hoje, o que nos une é a necessidade de salvar as fontes de financiamento do esporte brasileiro e não interromper um ciclo de décadas de evolução e crescimento do esporte brasileiro. Essa luta é que neste momento deve unir todos nós. Quando readquirirmos os nossos recursos, as nossas fontes de financiamento, vamos sentar todo mundo e debater se estão adequadas ou não, se há ajustes possíveis ou não.



Hoje, nós precisamos voltar ao marco zero, ao que tínhamos antes da edição dessa desastrosa medida provisória, que não é, eu insisto, a medida provisória da segurança, infelizmente. Queríamos que fosse. Ela é a medida provisória da Caixa Econômica Federal, que está ganhando muito dinheiro, usando como desculpa a segurança pública.

Obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Valle) - Concedo a palavra ao Deputado José Rocha, Líder do PR.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, Alexandre Valle, Sras. e Srs. Parlamentares, Sras. e Srs. Convidados, eu cheguei há pouco, mas já tinha conversado com o Ministro Leonardo Picciani a respeito dessa medida provisória, nefasta Medida Provisória nº 841.

Realmente, Sr. Presidente, não é retirando recursos do esporte que nós vamos fazer segurança pública. A segurança pública se faz, primeiro, com educação e com esporte. À medida que se investe no esporte, diminui-se muito o déficit que se tem na segurança pública, através da marginalidade. No esporte, quando se investe em crianças, jovens, adultos, e se dá uma ocupação ao jovem, isso o inibe de participar de atividades que vão onerar a segurança pública do nosso País.

Portanto, eu também falo aqui em nome do meu partido. O Presidente é do nosso partido, o PR. E, falando juntos, somos totalmente contrários a essa medida provisória, Ministro Picciani, no sentido de retirar recursos do esporte para a segurança pública. Não que a segurança pública não mereça e não precise de recursos, mas não recursos do esporte, porque se estará vestindo a segurança e deixando nu o esporte, e isso não interessa. Tem-se que encontrar outras fontes de recursos que venham a financiar a segurança pública do nosso País, que é de uma importância muito grande.

Nós vivemos momentos de calamidade em termos de segurança pública, haja vista o que está vivendo não só o Rio de Janeiro, mas a maioria dos Estados do nosso País. Mas nós temos que preservar o esporte, e nós o preservamos através dos recursos que já são dotações vinculadas ao esporte.

Nós queremos aqui trazer a palavra do Partido da República no sentido de que também nos colocaremos totalmente contra essa medida, a fim de que possamos encontrar outra saída, que venha a substituir esses recursos que estão sendo



retirados do esporte para serem alocados na segurança pública. Que a segurança pública possa ter os seus recursos, mas não à custa do esporte!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Valle) - Obrigado.

Aproveito para fazer as minhas considerações. Quero dar o meu boa-tarde a todos. Acho que ninguém que está aqui é contra destinar recursos para a segurança pública. O que me estranha, Deputado José Rocha, é que nós estávamos empenhados há alguns meses no Projeto de Lei nº 6.718, de 2016, passamos a semana inteira junto com o Ministro Leonardo Picciani e junto com o Ministério, exatamente para fazer a redistribuição, mas dentro do esporte — muitos dos senhores estiveram conosco —, e fomos surpreendidos com uma medida provisória dessas, que em nada ajuda, muito pelo contrário. Se tivessem investido mais no esporte, hoje não seria preciso tanto dinheiro na segurança pública.

Para que não fiquemos repetitivos — eu acho que há um consenso —, quero fazer um chamamento a cada um dos senhores. Nós Parlamentares vamos fazer o nosso dever de casa aqui, mas os senhores, enquanto confederação, esportistas, representantes do esporte brasileiro, precisam fazer esse movimento. A minha surpresa veio quando recebi uma mensagem do Ministro da Cultura de que também não sabia, e vejo uma nota do Ministro do Esporte de que também não sabia. Então, vamos nós fazer o nosso papel e derrubar essa medida o mais rápido possível, para que possamos efetivamente cuidar do esporte brasileiro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Presidente, o PR está indicando V.Exa. para participar da Comissão dessa medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Valle) - Obrigado. Aceito de pronto. Chamo o Sr. Andrew Parsons para fazer uso da palavra.

O SR. ANDREW PARSONS - Boa tarde a todos. Eu queria primeiro saudar o Presidente da Mesa e meus colegas da administração esportiva brasileira. Eu, hoje, exerço um cargo internacional, mas sou um militante do esporte brasileiro e sempre vou ser.

Na semana passada, quando começaram os boatos de possível MP, eu estava no exterior exercendo meu mandato no Comitê Paralímpico Internacional, e essas informações chegaram. E, já durante o final de semana, dirigentes internacionais me buscavam e perguntavam: *“O que acontece no Brasil? Vocês organizam os jogos e,*



em vez de o esporte andar para a frente, ele anda para trás?” Então, há não apenas um embaraço aqui — o ex-Ministro Picciani usou a palavra “trapalhada” —, mas também um embaraço do País lá fora, perante a comunidade esportiva internacional: ninguém entende o que acontece aqui. E eu usei lá, Sr. Presidente, uma expressão que eu vou usar aqui: é um tapa na cara, um tapa na cara de um segmento inteiro, porque não se ceifa, não se fere de morte um segmento sem debater com esse segmento. Todos nós fomos tomados de surpresa. O Ministro do Esporte foi tomado de surpresa, o Comitê Paralímpico Brasileiro foi tomado de surpresa, o Comitê Olímpico do Brasil foi tomado de surpresa, o CBC, a FENACLUBES.

Fere-se de morte principalmente na questão da base. Não se está tirando dinheiro só dos clubes, mas também via repasses das ONGs, que chegam aonde o Estado não chega. Quer dizer: o Estado não faz, e quem faz em nome do Estado acaba sem condições de fazer, contrariando o art. 217 da Constituição, que diz que é dever do Estado fomentar o esporte. Então, é difícil entender e não se indignar. Eu não ver ter a energia do meu amigo Arialdo, que, antes de o senhor chegar, deu um depoimento emocionado e indignado — com toda a razão, porque, desde ontem, há zero recurso. Mas eu acho que esse tapa na cara também é um tapa na cara — com o perdão de todos os Parlamentares que estão aqui — desta Casa. Todo mundo sabia que estava sendo discutido aqui esse PL, Sr. Presidente. As maiores conquistas do esporte brasileiro, nos últimos anos, que não foram conquistadas pelos atletas foram conquistadas nesta Casa: a Lei Agnelo/Piva; a Lei de Incentivo ao Esporte; no caso do esporte paraolímpico, a Lei Brasileira de Inclusão, que modificou os percentuais. Com uma canetada — foram utilizadas as palavras: preparada por algum burocrata —, acabaram com tudo o que esta Casa fez de esforço ao longo de anos, o que o movimento esportivo fez ao longo de décadas, e com a esperança de milhões: milhões de crianças, milhões de atletas.

Se o esporte de alto rendimento foi menos afetado — mas foi —, o esporte de base está ferido de morte. Acabar com 70 e tantos campeonatos interclubes, acabar com repasses das Secretarias Estaduais de Esporte? Quem vai fazer esporte neste País? Com quais recursos?

O Deputado Andres Sanchez brincou em algum momento aqui. “*La garantia soy yo.*” Para nós do segmento esportivo, esta Casa é a esperança. Então, a minha fala é no sentido de um apelo realmente ao Poder Legislativo, para consertar esse



tapa na cara que foi dado pelo Poder Executivo no esporte brasileiro. As razões são as mais óbvias, todo mundo já disse.

Não é dessa forma que nós vamos consertar a segurança pública no Brasil, mas é dessa forma, sim, que nós vamos acabar ferindo de morte o esporte no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Valle) - Obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. Jair Alfredo Pereira.

O SR. JAIR ALFREDO PEREIRA - Boa tarde a todos. Querido Deputado Alexandre Valle, Presidente da Comissão do Esporte, e Deputado João Derly, grande judoca, nosso representante hoje para este nosso momento, cumprimentando os dois, eu cumprimento toda a Mesa. Cumprimento o querido Ministro Fernando Avelino, hoje interino, os Deputados, o meu querido amigo Leonardo Picciani.

Eu tenho a maior satisfação, a maior alegria, em ver você aqui, Andrew — uma alegria imensa. Eu sei que todo o esporte brasileiro, não só o CPB, é muito feliz com a sua presença no Comitê Internacional.

Cumprimento também o querido Neto, também do Ministério do Esporte; a querida Ana Moser, representando nossas atletas; o Lars Grael; e todos vocês.

Eu quero dizer a vocês que o CBC não é, em nenhum momento, contrário à aplicação de recursos pelo Governo Federal na segurança pública. Aliás, estão dizendo aqui hoje, muitas pessoas que vêm do Rio de Janeiro, são cariocas, que o Rio de Janeiro é justamente o Estado com maior problema na segurança nacional. Jamais poderíamos — digo isso não como Presidente do CBC, mas como contribuinte — ser contra a aplicação de recursos junto à segurança. É claro que não.

O que nos preocupa — e gostaríamos que todos vocês se preocupassem — é que o Governo, infelizmente, colocou fogo no prédio para assar o peixe. Esse é o problema. O maior problema em relação ao esporte não é ele ter tirado só recursos do esporte, é ele ter praticamente acabado, ceifado recurso para a formação de atletas. O recurso que vai para o CBC, que nós repassamos aos clubes do Brasil, é não só para o esporte, mas também para a formação de atletas esportivos.

Vocês veem que o Governo Federal deixa para nós a imagem de que agora é o seguinte: coloca-se uma massa uniforme num *freezer* e dali se tira uma Ana Moser; coloca-se uma massa desuniforme no *freezer* e dali se tira um Lars Grael. Porque não precisa mais formar, não existe mais a formação.



E é importante que todos vocês saibam que o CBC, a partir de ontem, não tem recursos para a formação de atletas olímpicos e paraolímpicos no nosso Brasil. Hoje, através dessa medida provisória, nós não temos. Hoje, nós estamos com um campeonato interclubes no Brasil — nosso Edital nº 7 —, o Aivaldo acabou de falar. Mais de 70 campeonatos nós ceifamos. Estamos informando aos clubes que não teremos condições de mantê-los.

Hoje o jovem, aquele com 9, 12, até 17, 19 anos, não tem, junto aos clubes, o recurso para a sua formação, para que, amanhã, ela seja uma Ana Moser, ele seja um Lars Grael. Eles não vão ter esse sonho. Esse sonho o Governo quer tirar deles a partir de hoje.

E realmente — eu não quero cair muito em lugar comum, mas digo isto — é graças ao esporte que nós fazemos a inclusão social. É claro que é! É óbvio! O jovem, aquele com 9, 10, 12 anos, em vez de ir para a droga, em vez de ir para a praça, em vez de ir para a balada, em vez de ir para a noite e para a bebida, ele sabe que, amanhã, tem uma competição às 9 horas da manhã, que tem que se cuidar hoje. E, aí, acontece a inclusão social. Ele fica em casa, ele se cuida. Ele não só passa a ser um esportista, como também passa a ser um homem, uma pessoa decente, um cara sério que não vai para o vício e não vai para a droga. Então, a inclusão cai, sim.

Desculpe-me, meu amigo Deputado Deley. Nós temos que bater nesta tecla sempre, porque tanto o povo, a sociedade, quanto as nossas Casas de Leis — Câmara Federal, Senado — e, principalmente, o Governo Federal têm que saber disso — ele, obrigatoriamente, tem que ter consciência disso. E o CBC tem a responsabilidade de levar recursos aos clubes brasileiros para a formação de atletas.

E não esqueçamos que, se nos países desenvolvidos acontece a formação dos atletas junto às universidades e às escolas, no Brasil ela acontece nos clubes. Tradicionalmente e culturalmente é nos clubes que se faz a formação de atletas, e hoje nós estamos ceifados dessa possibilidade.

Por isso, queria dizer a vocês que esse é o problema do CBC. E eu tenho certeza absoluta de que é problema do nosso País.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Valle) - Registro a presença do nosso atleta olímpico Rogério Romero, da natação.

Passo a palavra ao Sr. Robson Lopes Aguiar.



O SR. ROBSON LOPES AGUIAR - Boa tarde a todos. Primeiramente, gostaria de agradecer ao Deputado João Derly pelo requerimento desta audiência extremamente urgente, protocolada rapidamente e aceita pelo Presidente Alexandre.

Hoje, nós podemos discutir essa medida provisória, que, no nosso ponto de vista, é absurda. Estamos há mais de 1 ano discutindo com todos os entes do esporte brasileiro nesta Casa de Leis, e depois com uma canetada se define uma coisa absurda. Todo mundo fala que o esporte de base é importante para a formação dos atletas, para a formação dos cidadãos brasileiros — e nós sabemos que é —, e quem foi mais prejudicado nessa medida provisória — acredito que por erro dos burocratas — foi a base, foram as Secretarias Estaduais, o esporte escolar, o esporte universitário e os clubes.

O que aconteceu com essa medida provisória? Que ideia foi essa de tomar essa decisão de tirar do esporte — que forma cidadãos e que ajuda a diminuir a criminalidade — recursos que são tão poucos para nós que aqui discutimos e brigamos para que seja aumentado o investimento no esporte? Isso é o que acontece num dia de segunda-feira.

Agradeço a união de cada um de vocês, das confederações, dos atletas, dos Parlamentares, que se envolveu nessa luta, para que hoje estivéssemos aqui discutindo. Muito obrigado a cada um de vocês, porque senão essa medida provisória passaria e estaríamos sem essa união. Pela primeira vez, como disse meu amigo Edson, vemos a união de todos os entes esportivos numa luta como essa. Muito obrigado a cada um de vocês. Queria deixar esse registro.

Com relação ao financiamento do esporte, numa audiência pública o TCU fez um levantamento de que mais de 95% do esporte brasileiro são financiados com recurso público. Se 95% do esporte brasileiro são financiados com recurso público, como podem agora ceifar o que nós temos de mais importante, o que nós temos de financiamento?

Então, a CBDE, juntamente com todas as entidades aqui envolvidas, é totalmente contra essa MP. Além de contra essa MP, pedimos aos Srs. Parlamentares que lutem para que ela seja derrubada o mais urgente possível, porque assim como o CBC, a CBDE, a CBDU e as Secretarias Estaduais que fazem as parcerias com as nossas federações estaduais deixaram de receber os recursos a partir de ontem, recursos tão importantes para o desenvolvimento do esporte de base. Em vários



Estados, os recursos que vão para as Secretarias são talvez em algumas delas 100% do que elas têm. Então, nós estamos realmente passando uma limpa no que chamamos de esporte de base.

A CBDE é veemente contra essa medida e pede ajuda dos Srs. Parlamentares. Pedimos ajuda ao Presidente Temer. Que reconheça o erro da sua parte administrativa, dos seus burocratas, e que retire essa medida provisória, para que possamos discutir uma outra forma, como estávamos discutindo há mais de 1 ano, de financiamento da segurança pública, e o financiamento do esporte seja mantido da forma que estávamos fazendo, cada vez melhor e maior, e não se retire do esporte.

Como representante do desporto escolar, eu queria dizer essas palavras a vocês a respeito da base do esporte brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Valle) - Registro a presença do Sr. Paulo Maciel, do Tijuca Tênis Clube, do Sr. Edson Garcia, da CBC, do Sr. Mosiah Rodrigues, atleta da ginástica, da Sra. Deborah Dias, da Confederação Brasileira de Desporto dos Surdos, e do Sr. Fernando Cruz, do Clube Sogipa.

Passo a palavra ao Sr. Alim Maluf Neto.

O SR. ALIM MALUF NETO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi com muita surpresa e indignação que a Confederação Brasileira do Desporto Universitário recebeu a MP 841, que fere de morte o desporto universitário brasileiro, que fere de morte todo o esporte de base do nosso País.

A CBDU, nos próximos 20 dias, está prestes a realizar a segunda etapa dos Jogos Universitários Brasileiros. Praticamente, nós teremos mais de 20 mil atletas indo para quatro cidades do País, para disputar a fase classificatória para a fase final do JUBs, que será realizada em Maringá, no final do ano. Já se passaram as etapas estaduais e regionais com mais de 150 mil alunos atletas universitários participando do evento. E na segunda-feira recebemos essa trágica notícia.

Sras. e Srs. Deputados, nós somos veementemente contra essa situação e somos realmente muito a favor da segurança pública, mas não podemos ferir de morte o nosso esporte. Nós temos como lema na CBDU: *“Estrelas hoje, líderes amanhã”*. Mas parece que, com essa situação, nossas estrelas estão começando a não brilhar mais e não vão se tornar os nossos líderes. Vocês têm nas mãos, e todos nós aqui, a possibilidade de não deixar que o esporte de base do Brasil morra.



Pedimos aos senhores afincos. Que tenhamos a possibilidade de retirar essa medida provisória o mais rápido possível. Como bem disseram o Arialdo, da CNC, e o Robson, da CBDE, desde segunda-feira o financiamento do esporte universitário, o esporte da base do Brasil acabou. Então, solicitamos veementemente esse apoio dos Deputados e toda a união do esporte nacional no sentido de tirarmos a validade dessa medida provisória.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Valle) - Obrigado pelas palavras.

Passo a palavra à Sra. Ana Moser, representante da Atletas pelo Brasil.

A SRA. ANA MOSER - Boa tarde. Há vários atletas aqui e falamos como ex-atletas. Estão presentes o Rogério Romero, a Leila Barros, que também está lá atrás, o Ricardo Vidal, o Lars, o Tiago, o Rogério, o João Derly. Não sei se ficou alguém de fora.

Em primeiro lugar, é muito bom estarmos todos aqui. Termos os colegas juntos na luta é uma coisa que me orgulha bastante. Creio que esse movimento vai crescer cada vez mais.

Queria informar para os senhores e para as senhoras que, desde a semana passada, sexta-feira, quando recebemos informação dessa medida provisória, começamos a mobilizar muitos atores, instituições e atletas e a trabalhar nas redes sociais. Eu, pessoalmente — é lógico que não sou nenhum Neymar —, nunca tive tanto compartilhamento, *like*, *joinha* e tudo mais nos *posts*. Foi o recorde dos recordes. Praticamente 99% das manifestações eram de apoio à manutenção do recurso para o esporte. Eu acho que isso nos leva a concluir que, com relação a esse assunto, existe grande aderência do público. As pessoas estão preocupadas com isso e se manifestam por meio dos atletas o seu apoio. Então, eu queria informá-los que esse assunto está superquente e tem tido grande visibilidade.

Independentemente da carreira de atleta, hoje eu falo muito mais como ongueira, como Presidente de ONG, como membro da Rede Esporte pela Mudança Social, que William vai apresentar mais tarde, e também como membro da Atletas pelo Brasil. As nossas estratégias e metas são fazer com que o Esporte para Todos se desenvolva no País. Nossa principal meta é que tenhamos mais brasileiros e brasileiras praticando esporte e se beneficiando disso.



Nesse sentido, eu queria passar alguns números para vocês — o Deputado Vicente Candido perguntou. O custo anual *per capita* de um aluno da rede pública é de mais ou menos 2.800 reais. O custo de um aluno do projeto social com que trabalhamos é em torno de 2 mil reais por ano. O custo de um detento para o sistema prisional é, em média, de 28.800 reais por ano. Cinquenta e seis por cento dos presos do País são jovens entre 18 e 29 anos, a maior parte deles é negro e pobre. O percentual de jovens nas prisões é muito maior do que o percentual de jovens na população brasileira. Se eles são um terço no sistema prisional, eles são 10% da população.

E o que nós fazemos no Programa Esporte para Todos é exatamente prevenir esse quadro de abandono e desvio e falta de aproveitamento do potencial da nossa população, especialmente da nossa população jovem. Aqui estão os dados referentes às mais de 60 mil mortes por violência, grande parte dessas vítimas são negras, pardas, a maioria pobre.

Então, a segurança preventiva está na nossa atividade. Isso é o que nós temos para botar na mesa para o avanço e o desenvolvimento do Brasil. Nesse sentido, nós temos participado do debate do PL 6.718/16, que trata exatamente da distribuição desse recurso.

Há muita coisa para ser discutida dentro dessa distribuição. Nós lutamos pela inclusão das ONGs, nós lutamos pela inclusão dos Municípios e não só dos Estados. Mas, nesta hora, é hora de nos juntarmos.

O nosso manifesto teve a assinatura de mais de 72 instituições. Esse é o capital social e político que a Atletas pelo Brasil e a nossa comunidade de ONGs estão colocando nesta discussão. Agora é hora de estarmos todos juntos, de darmos as mãos para isso tudo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Valle) - Obrigado, Ana Moser.

Concedo a palavra ao William Fernando.

O SR. WILLIAM FERNANDO BOUDAKIAN DE OLIVEIRA - Boa tarde. Agradeço aos Deputados João Derly e Alexandre Valle pelo espaço concedido. Eu represento aqui uma voz, eu represento aqui a voz da REM — Rede Esporte pela Mudança Social. Talvez ela não seja tão conhecida dos senhores, mas é uma rede que hoje agrega cerca de 104 organizações que não fazem o esporte de base. Quando se pensa no esporte de base, esquece-se de que ainda existe o esporte da



lama, porque o esporte brasileiro hoje foi jogado no fundo do poço, e, no fundo do poço, ainda existe uma laminha que está esquecida há muito tempo.

Nós chegamos ao Capão Redondo, nós chegamos ao Sertão, nós chegamos à Cidade Estrutural de Brasília, ao Lixão. Esse esporte é pouco visto, ele é pouco reconhecido. Para esse esporte, que envolve desenvolvimento humano por essência — esporte para todos: para meninas, para deficiente, para negro —, não havia nem cobertor.

Então, nós temos um grande desafio. E aqui, como família do esporte reunida, às vezes, famílias se reúnem. Quando famílias se reúnem? No casamento, no batizado ou no enterro. Mas aqui não é um enterro, e eu espero que não seja um enterro.

Este é o momento em que vem o primo rico, vem o primo pobre, vem todo mundo, é o momento de nós percebermos e enxergarmos e colocarmos na conta esse esporte que a Rede Esporte pela Mudança Social vem fazendo também: um esporte que dá o acesso, que pensa o esporte ao longo da vida, que pensa o esporte como direito, que pensa o esporte essencialmente como o exercício da cidadania.

E nós acreditamos que não adianta nada nos dividirmos aqui. Nós representamos a voz das 104 instituições sim, nós representamos sim a voz das 400 mil pessoas atendidas pela REMS sistematicamente. E nós temos essas instituições espalhadas pelo Brasil em 20 Estados e nós acreditamos nessa mobilização, mas nós também não queremos ser esquecidos, nós queremos participar.

Nós queremos fazer esse exercício e já convidamos o Tiago, com o trabalho na ONG em São Paulo, para fazer parte da REMS. E as pessoas que acreditam nesse esporte pela mudança social estão convidadas a fazer parte também.

A Rede é aberta, a Rede é transparente e a Rede desafia este espaço aqui para que nós possamos construir o esporte que inclua todos, o esporte de base e também o esporte pela mudança social, o esporte para todos.

Nós acreditamos que garantir esse direito — porque hoje nos manifestos nós trazemos que o esporte de fato combate a violência — combate a violência. E combate a violência de que forma? Transforma o quê? Que dados e evidências temos?

Então, nós, na condição de Rede Esporte pela Mudança Social, produzimos conhecimento, temos uma parceria com universidades, trabalhamos com a formação



de professores em diversas organizações e em diversas regiões. A Rede vem atuando com esse foco.

E, nessa perspectiva, dentro da nossa análise, hoje, o que nós recebemos desse cobertor? Quando nós fazemos essa análise, nós nos remetemos ao seguinte: o Ministério do Esporte nessa perspectiva está quase se extinguindo.

Nós falamos em lei de incentivo, mas hoje demora 2 ou 3 meses para a liberação do recurso de um projeto, ou seja, existe o grande nó — pela voz das crianças, não pela minha voz — da descontinuidade dos programas que estão lá na cracolândia, que estão lá na Estrutural, que estão lá no Sertão, porque as políticas esportivas não prezam pela continuidade.

Nós trabalhamos com uma criança de 7, 8, 9, 10 ou 11 anos a iniciação socioesportiva para depois ir para a base. Então, o desafio que nós temos aqui é muito grande. Nós nos posicionamos e agradecemos por este espaço, mas nós não queremos só este microfone hoje. Nós temos esse desafio de construir uma agenda de participar e ocupar.

Nós agradecemos a presença de todos — da Ana, do Vidal, do Vinícius — para construir esse esporte para todos de mãos juntas e não entender este momento como um enterro. Pelo amor de Deus, não me interpretem mal! Nós não estamos velando o caixão do esporte aqui, não estamos. Nós precisamos enxergar e ver essa potência da força de todos nós.

Vamos ficar de olho, porque a gestão, principalmente a do Ministério do Esporte, vai ficar muito afetada. Se hoje demora 2 ou 3 meses a liberação de um projeto, vai demorar 1 ano, e a descontinuidade dos programas precisa de atenção e respeito.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Valle) - Concedo a palavra à Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS - Boa tarde a todos e a todas. Eu vim para esta audiência um pouco sensibilizada e revoltada. Eu tenho aqui vários companheiros de batalhas olímpicas, mas nós somos uma ponta dessa cadeia. Nós nos tornamos atletas olímpicos, mas sabemos que vários outros ficaram abaixo dessa pirâmide. O que nos preocupa é justamente esse trabalho que é desenvolvido.



Eu não me considero ex-atleta, porque, mesmo desenvolvendo outros trabalhos, tenho imbuído na minha vida todos os valores. Tudo que aprendi no esporte eu trago para a vida. Não existe ex-advogado nem ex-médico. Então, não existe ex-atleta. Nós somos e continuaremos sempre atletas.

Com a edição da Medida Provisória nº 841, de 2018, eu fiquei muito triste. Nós vemos que o esporte impacta sim segurança pública. Temos vários números no Distrito Federal. Trabalhei aqui na Secretaria do Esporte, em parceria até com as unidades de internação. Temos centros olímpicos. Estes são os valores: num centro olímpico, um jovem custa 60 reais por mês e numa unidade de internação, mais de mil reais. A diferença é brutal nesse retorno.

Estamos discutindo uma coisa que entristece. Andrew fala de canetada. Esta é uma canetada irresponsável, porque esta Casa, o esporte brasileiro, os atletas, toda essa comunidade trabalhou décadas para conquistar o que nós conquistamos. Nos últimos anos, o esporte brasileiro tem obtido vitórias importantes. Isso, de certa forma, impacta sim as áreas sociais, impacta sim as políticas de desenvolvimento humano.

Quando falamos de esporte — percebi isso trabalhando no setor público —, as pessoas focam muito no esporte de alto rendimento. Meu Deus, o que é o esporte de alto de rendimento diante da força que o esporte tem no desenvolvimento humano, na formação dos valores, na cidadania? É impressionante a ignorância das pessoas, sinceramente!

Digo isso de forma categórica e totalmente segura do que estou dizendo. Entra Governo e sai Governo, entram lideranças e saem lideranças que comandam as instituições, e estamos discutindo ainda a força do esporte no desenvolvimento humano. Parece que no nosso País as pessoas não querem que os jovens se desenvolvam, cresçam, criem asas, tenham opiniões. É inadmissível isso!

Isso foi uma canetada sim, Andrew, irresponsável — irresponsável! —, em desfavor não só da cadeia esportiva, não só dos clubes, dos atletas, de todos nós aqui, mas principalmente da juventude, dos jovens deste País, porque estamos falando de uma Pasta de desenvolvimento humano. O Brasil está caminhando cada dia mais na contramão disso. Cada dia mais, o Brasil está nessa contramão.

É lamentável estarmos discutindo isso, defendendo uma Pasta e uma bandeira que já está mais do que comprovada nas grandes potências, mundo afora. Eu estive numa audiência aqui — o Deputado Deley até falou — sobre a lei que a China



promoveu agora. Todas as grandes potências já entenderam a força do esporte. E nós estamos toda hora vendo serem ceifadas as possibilidades de crescimento e desenvolvimento, sempre com o esporte pagando.

É tamanha a ignorância ou o desconhecimento de retirar 500 milhões de reais! As pessoas dizem: 500 milhões de reais! Realmente, o que são 500 milhões de reais? Para quem não entende a força do esporte, isso não é nada. Mas nós que somos do esporte, que vivemos o esporte diariamente e fazemos o trabalho lá na base sabemos que isso impacta sim a vida de jovens. Todos os dias morrem jovens que poderiam ter sido salvos pelo esporte.

Eu passei por projeto social; eu saí do desporto escolar; eu entrei num clube, o Minas Tênis Clube, aqui representado; eu fui para as Olimpíadas; eu me tornei gestora; eu entrei no terceiro setor. Eu fiz tudo dentro do esporte, porque ele me deu oportunidade. Sou filha de um mecânico que estudou até a 3ª série. Eu sei o que o esporte fez na minha vida, eu e 90% dos atletas deste País — 90%! Fora esses 90%, os outros mais de não sei quantos brasileiros que não se tornaram atletas se tornaram cidadãos pelo esporte. São pais e mães de família salvos pelo esporte.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Valle) - Concedo a palavra ao Sr. Lars Grael.

O SR. LARS GRAEL - Sr. Deputado Alexandre Valle, Presidente desta Comissão, Sr. Deputado João Derly, campeão mundial de judô, autor do requerimento para a realização desta audiência pública, aqui, hoje, não apenas represento a figura do atleta, do representante de clube, do dirigente de organização social, o nosso Instituto Rumo Náutico, mas também o esporte, o cidadão brasileiro.

Se eu fosse definir com uma palavra o nosso sentimento neste momento, ela seria “indignação”. Estamos indignados com esta medida provisória. A música do Legião Urbana *Que país é esse* pode ser um hino para todos nós agora.

Ao Ministro Raul Jungmann, com todo o respeito, devemos um agradecimento: graças a ele conseguimos unir o esporte brasileiro. Milito há muitos anos nessa representação e nunca vi o esporte unido como está hoje, em defesa de uma causa comum: o esporte nacional.

Quando se lança o Sistema Único de Segurança Pública, propondo integrar as políticas de segurança pública, quem será contra? Ninguém. Seria antipatriótico ser



contra essa medida. Agora, integrar segurança pública é atuar necessariamente, aparelhando, criando meios de capacitação, na repressão à violência, na inteligência e, sobretudo, na prevenção. E, quando falamos de prevenção à violência, onde ela está? Na capacidade do Estado de prover o cidadão de educação digna de qualidade para todos: educação, esporte e cultura.

Dessas três ações, o esporte seguramente é o que tem maior capacidade de convencimento do jovem, de sedução. O esporte é uma ferramenta fundamental. Todos aqui já disseram isso. Então, ceifar as políticas do esporte, os recursos para o esporte brasileiro e destiná-los a um programa de segurança pública, seguramente é um equívoco histórico, talvez um crime de lesa-pátria, sobretudo porque estão ceifando recurso do esporte de base, que vai afetar a formação de atletas nos clubes olímpicos e paraolímpicos, o trabalho do desporto escolar, do desporto universitário, o repasse de recursos às Secretarias Estaduais de Esporte, que promovem as competições escolares em âmbito estadual.

Como vai ser isso? Vai acabar de um dia para o outro? Onde está a coerência nos investimentos de um país que num certo momento determinou que queria ser uma nação olímpica? O Brasil sediou os Jogos Sul-Americanos, os Jogos Pan-Americanos, os Jogos Mundiais Militares, a Copa do Mundo da FIFA, os Jogos Olímpicos e os Jogos Paraolímpicos. E falava-se tanto no legado. Era a palavra da moda. O que se deixa? A morte do esporte brasileiro, sequestrado por uma pretensa medida provisória da segurança pública?

Não se enganem aqueles que acham que só essas entidades serão prejudicadas. Se analisarmos a medida provisória, veremos que se lança uma nova modalidade de loteria, a LOTEX, que tende a arrecadar uma maior quantidade de apostas, e nela foi subtraído todo e qualquer repasse ao esporte brasileiro. Então, vão se prejudicar toda e qualquer entidade — Comitê Olímpico, Comitê Paraolímpico. Estamos presenciando a possibilidade da falência múltipla do esporte brasileiro. Vamos aceitar isso?

Na verdade, esta medida provisória, como bem disse o Deputado Federal e ex-Ministro Leonardo Picciani, não é a medida provisória da segurança pública, é a medida provisória da Caixa Econômica Federal, a maior ganhadora, em arrecadação, com a mudança na regra do jogo. Aí, 500 milhões de reais por ano serão subtraídos do esporte para serem investidos na segurança pública. Isso resolverá o problema da



segurança pública no Brasil? Isso não é nem sequer uma fração da necessidade do Rio de Janeiro, calculada pelas próprias Forças Armadas, para fazer frente ao problema que aflige o Estado. Não resolve nem o problema do Rio de Janeiro, mas mata, destrói o esporte brasileiro.

No esporte, nós somos preparados, formados para ganhar. E falo em nome de tantos atletas aqui presentes — Ana Moser, Rogério Romero, Rogério Sampaio, Tiago Camilo, Leila Barros, Ricardo Vidal. Mas sabemos reconhecer a derrota. Saber perder é fundamental, é ter humildade para reconhecer o erro, e, através do erro, atingir o acerto e buscar a vitória. Pois bem, o Governo, com esta medida provisória, talvez tenha tido boas intenções, mas errou na forma. Está em tempo de ter humildade para corrigir. Aqui não fazemos política partidária, defendemos a sociedade e o esporte brasileiro. Então, Presidente Temer, Ministro Jungmann, tenham humildade e não entrem para a história como os coveiros do esporte brasileiro. Dá tempo de corrigir. O papel desta Comissão, do Congresso Nacional é fundamental. Temos que preservar o interesse nacional, a soberania do esporte brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Valle) - Concedo a palavra ao Sr. Sérgio Zech Coelho.

O SR. SÉRGIO ZECH COELHO - Boa tarde a todos.

Eu queria saudar o Sr. Presidente, a Mesa, todos os convidados aqui presentes, atletas e dirigentes.

Eu já tive a oportunidade de falar aqui da importância dos clubes, falo em nome do Minas Tênis Clube e do meu próprio, para a formação do esporte neste País. Se existe esporte no Brasil, isso se deve aos clubes.

Nós temos, na Confederação Brasileira de Clubes — CBC, mais de 150 clubes com mais de 100 anos. Alguns têm 150, 160 anos. Muito antes de existir COB — Comitê Olímpico do Brasil, Ministério do Esporte, federação e confederação, os clubes começaram a fazer esporte neste País. Estão aí Flamengo, SOGIPA — Sociedade de Ginástica de Porto Alegre, Grêmio Náutico União, Esporte Clube Pinheiros, Minas Tênis Clube, que tem 85 anos, é um dos mais jovens, mas foi fundado para ser uma escola de esporte. E nós vimos mantendo essa nossa missão.

No Minas, digo isso com convicção, estamos muito mais no negócio da educação do que do esporte. Nas nossas escolas de esporte, há cerca de 19 mil



alunos. Essa é a nossa missão. Nós sabemos da importância que o esporte tem para a formação da nossa juventude.

Quando vejo esta medida provisória, para ser muito claro, eu me assusto com a incapacidade, com a irresponsabilidade, como disse Leila, de quem fez isso. Tirar recurso do esporte para ajudar na segurança pública é de uma incoerência que não tem tamanho, já que o esporte é exatamente um dos pilares do combate à marginalidade e da formação da nossa juventude, em especial a mais pobre.

Eu posso falar porque, durante alguns anos, fui Secretário de Esportes de Minas Gerais. Os senhores não imaginam o valor que tem essa verba do Ministério para a Secretaria Estadual. Sem ela o Estado não faz absolutamente nada. Todo mundo sabe da situação de penúria dos nossos Estados. No meu tempo ainda não era tão ruim, mas, se não tivéssemos esse recurso da loteria, não fazíamos nada. Isso é fundamental. As Secretarias têm um papel fundamental na divulgação do esporte no Estado, junto com as Prefeituras.

Eu fico satisfeito de ver aqui hoje, como disse Lars, a união que esta medida trouxe para o esporte. Escutamos muito que a sociedade tem que reagir. Quem é a sociedade? Estamos dando um exemplo do que é a sociedade e de como um segmento pode se unir e colocar suas reivindicações e discordâncias, porque isso que está aqui, como disse Lars, desculpe-me, é crime lesa-pátria.

Assusta-me, de novo, escutar o que escutei aqui hoje de um Ministro ligar para o Ministro Fernando Avelino e dizer que vão estudar a medida provisória profundamente. Por que não estudaram antes? Eu acho um absurdo alguém chegar e dizer uma coisa dessas. Dizer que está cortando gordura? Todo mundo sabe o que existe de gordura nesse Governo para ser cortada. Agora, sacrificar um setor que já é dependente, e muito, do pouco recurso que tem em benefício da segurança pública, como disse Lars, sem nenhum objetivo, assusta. Nós vemos que o Governo está perdido.

A minha esperança, Presidente Alexandre Valle, Deputado João Derly, é que estamos efetivamente nas mãos desta Casa. Vocês têm a capacidade de rejeitar esta absurda medida provisória. Nós vamos ajudar no que for possível: vamos falar, protestar. Mas quem tem o poder de efetivamente bloquear esta história são vocês. Este apelo eu faço para que este Congresso rejeite esta medida provisória, porque ela não é benéfica absolutamente para ninguém.



Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado, Sr. Sérgio.

Passo a palavra ao Sr. Marco La Porta.

O SR. MARCO ANTÔNIO LA PORTA - Boa tarde a todos.

Eu cumprimento a Mesa.

O Comitê Olímpico do Brasil não poderia ficar de fora desta discussão. Desde que o Presidente Paulo Wanderley assumiu — e ele só não está aqui hoje por motivo de cirurgia —, ele tem mostrado que o COB tem uma nova gestão pautada em três pilares, que sempre destacou. Aqui estão vários atletas, particularmente Tiago Camilo, Presidente da Comissão de Atletas do Comitê Olímpico do Brasil, e até a Comissão Nacional de Atletas — CNA que não me deixam mentir. Os pilares são: austeridade, transparência e meritocracia.

As medidas implementadas no Comitê Olímpico do Brasil, particularmente na mudança do estatuto, mostram a abertura que o comitê hoje tem. Até esclareço um pouco aos Deputado Andres Sanchez e Deley, que aqui citaram o COB. É um Comitê Olímpico do Brasil diferente. Essas ações que foram colocadas nos pilares não estão só apenas no discurso, estão na prática. Essa prática passou pela transformação do estatuto, pela mudança, pela universalidade. Hoje, qualquer pessoa pode se candidatar à Presidência do Comitê Olímpico. E várias outras mudanças foram benéficas para a transparência e estão sendo cobradas e trabalhadas em conjunto com as outras confederações. O Programa Gestão, Ética e Transparência, introduzido pelo COB para fazer essas mudanças, é uma dessas ações práticas.

Dentro desse princípio de austeridade também, nós acabamos de chegar de uma competição importante, que foram os Jogos Sul-Americanos, e o COB demonstrou na prática o que fala. Nós fomos com a sétima delegação em tamanho, apenas 300 atletas, 50% inferior, por exemplo, à da Colômbia, e composta por atletas jovens — economicamente muito enxuto — de talento, que buscam vagas para os Jogos Pan-Americanos. Voltamos de lá com grandes resultados.

Quando nós chegamos, recebemos a notícia de que havia uma medida provisória que já havia sido muito bem debatida por todos e que vai na contramão de tudo que se pode querer para o desenvolvimento do esporte. Isso ocorreu no momento em que o esporte tentava se reorganizar, mostrar que está gerenciando bem seus recursos, ao mudar a gestão das entidades, provando seu amadurecimento. Aí vem



uma medida provisória destas, uma pá de cal... Mas tenho certeza de que vou sair mais tranquilo daqui hoje, porque nós confiamos na Câmara e isso não vai acontecer.

Nós não podemos deixar que este discurso, esta união que foi mostrada aqui hoje se perca, porque ela é muito importante para o desenvolvimento do nosso esporte, para que possamos prosseguir com o trabalho que está sendo feito. Essas mudanças que estão sendo implementadas com certeza vão trazer benefício para o nosso esporte.

Política de esporte é política de segurança nacional; política de esporte é política de educação; política de esporte é política de saúde. Então, fazendo um paralelo, querer fazer política de segurança nacional tirando recurso do esporte é como ir para uma competição sem treinar, é querer ter performance sem ter treino.

Nós confiamos no que foi debatido aqui hoje e temos a certeza de que o Governo vai ter humildade e fazer o que deveria ter feito antes: discutir com todos os setores a melhor forma de fazer essa política de segurança nacional, que, com certeza, não é tirando recurso do esporte.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Deputado João Derly) - Obrigado, Sr. Marco. Passo a palavra ao Sr. Fernando Cruz.

O SR. FERNANDO CRUZ - Boa tarde.

Obrigado, Presidente.

Primeiramente, eu quero me dirigir aos senhores como representante da Sociedade de Ginástica de Porto Alegre — SOGIPA, como ex-Presidente de um clube que já deu ao Brasil um bicampeão mundial de judô, o Deputado João Derly, e que, nas últimas três Olimpíadas, conquistou quatro medalhas olímpicas, com Tiago Camilo. Por uma dessas felizes coincidências, estou aqui hoje na presença dos senhores — foi na minha gestão que tive o privilégio de liderar esses atletas.

A SOGIPA não tem como principal objetivo formar campeões, mas cidadãos. A consequência natural é a realização desses campeonatos. Inclusive, sempre foi indispensável o apoio que recebemos do Ministério do Esporte e agora do CBC — Comitê Brasileiro de Clubes.

Em segundo lugar, eu queria me manifestar como médico. A literatura médica recentemente divulgou que, no Brasil, 300 mil cidadãos morrem por ano de infarto do miocárdio, diabetes mellitus e hipertensão arterial, doenças que, como sabemos, são



perfeitamente evitáveis com a prática de atividade física. Só isso já justificaria investimento no esporte. Além disso, recentemente, a Organização Mundial de Saúde publicou estatística que afirma que cada dólar investido no esporte representa 3 dólares de economia em saúde. Então, senhores, vejam a importância da relação cidadania e saúde.

Vou cometer a ousadia de fazer uma analogia talvez exagerada, mas que ilustra muito bem o que estou pensando: retirar recursos do esporte seria como combater a paralisia infantil retirando recursos da vacina e investindo em cadeiras de roda, muletas, para tratar a consequência e não a causa.

Por último, senhores, falo também como Vice-Presidente de Formação de Atletas do Comitê Brasileiro de Clubes. Estamos comprometidos neste ciclo olímpico até 2020 com esses recursos. E isso agora vai parar. A nossa vocação é inspirar para o esporte e formar atletas. Esses recursos são fundamentais para que o CBC continue a fazer o que os clubes vêm fazendo há muito tempo: formar cidadãos íntegros e saudáveis e, com sorte, alguns campeões.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Valle) - Obrigado pelas palavras.

Passo a palavra ao Sr. Carlos Rocha.

O SR. CARLOS ROCHA - Boa tarde a todos e a todas.

Presidente Alexandre Valle, sou Carlos Rocha, Presidente do Mackenzie Esporte Clube de Belo Horizonte.

Ontem, quando ouvi a notícia sobre esta medida provisória, eu achei que era um sonho. Mas hoje, quando paro para pensar, vejo que é um pesadelo. Não há muito a acrescentar depois que falaram todos os presentes — Lars, Leila.

Mas quero falar sobre como isso pode ser estarrecedor para o esporte brasileiro. Vou citar o Mackenzie Esporte Clube, onde temos 240 atletas e 700 alunos em escolinhas, que vislumbram vencer no esporte. Estamos vendo — essa notícia já vazou dentro do nosso clube — o quanto estão estarrecidos não só os atletas, mas os profissionais, os pais, porque sabemos que eles não vão ser, talvez, campeões olímpicos, mesmo o Mackenzie sendo o maior formador de atletas do vôlei feminino do Brasil. Temos na Seleção Brasileira Sheilla, Gabi, Carol, Suelen e tantas outras campeãs.



Ficamos pensando na formação do cidadão. São meninos que vão para Europa, Estados Unidos. São nadadores nossos. Tivemos nadadores nas Olimpíadas. Se não fossem formadores como Mackenzie, Minas, Pinheiros, SOGIPA... Sabemos que 86% das medalhas olímpicas são feitas dentro dos clubes. E parece que o Estado não está percebendo o tiro que está dando no pé.

Contamos com vocês, Deputados Danrlei e tantos outros presentes. Queremos contar também com toda a bancada mineira — Deputados Fábio Ramalho, Marcelo Álvaro Antônio, Luis Tibé. Queremos comprar essa briga com vocês. Ela não é da Comissão, não é nossa, não é dos clubes, ela é de todas as crianças que enxergam um futuro à frente.

Agradeço a atenção. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Valle) - Obrigado, Carlos.

Concedo a palavra ao Deputado Danrlei de Deus Hinterholz.

O SR. DEPUTADO DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ - Presidente Alexandre Valle, integrantes da Mesa, grandes ídolos do nosso esporte, por quem torci em todas as Olimpíadas e mundiais a que assisti, para que elevassem cada vez mais, como fazem até hoje...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Valle) - Só 1 minutinho, Deputado.

Eu peço que fechem a porta, por favor.

O SR. DEPUTADO DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ - Vocês são nossos grandes ídolos, por quem sempre torcemos tanto e que sempre elevaram o nome do nosso País. Eu posso, inicialmente, dizer uma coisa: é um absurdo o que está acontecendo nesta Casa — um absurdo! De todos os absurdos que já presenciei nos 7 anos em que estou aqui, para mim, que venho do esporte, esse é o maior. Depois de ouvir Lars e todos os nossos ídolos, percebemos que todos têm uma coisa em comum: a luta, a disposição e o amor pelo esporte.

Eu quero dizer que — peço desculpas por não ter estado presente no início, porque eu tinha que estar no Plenário para dizer isto, e o fiz —, se estão achando que esta briga vai ser fácil, não vai. Nós vamos lutar, Deputado João Derly — e o melhor para isso, aqui, é V.Exa., porque se chegar perto, o homem derruba. Eu fiquei lá esperando a minha vez para dizer que não vai ser fácil ganhar desta Comissão e daqueles que amam o esporte.



O maior absurdo que vi nesta Casa até hoje, para mim, é esse. Não consigo entender como alguém pode tirar dinheiro do esporte seja lá para o que for. Não interessa a importância, mas não tem de ser do esporte. Para cada um destes nossos líderes, Tiago, Rogério, que nosso esporte está produzindo, é só perguntar quantos cidadãos conseguimos tirar das drogas, de quantas crianças e adolescentes conseguimos transformar a vida e fazer um Rogério Sampaio, um Tiago Camilo. Quantos? A maior arma que este País tem para tirar a criança das drogas, das ruas e trazer para dentro de uma sala de aula é o esporte.

Não dá para aceitar, nos tempos de hoje, ainda termos que estar aqui lutando por algo que se mostra tão claro para as pessoas. Se a intenção desse Governo... E já vem do outro. Esse conseguiu piorar, porque aquela... Acho que foi Sérgio que disse que estamos cortando gordura. A gordura foi cortada em janeiro, quando tiraram 95% da verba do esporte nacional. A gordura foi cortada ali. Agora querem cortar o resto. Se a intenção é acabar com o esporte no Brasil, parabéns, eles estão no caminho certo. Mas não vai ser fácil! Nós vamos lutar aqui!

Presidente, esta Comissão tem que ficar à frente disso e cada Deputado tem que ir as suas bancadas, trabalhar junto com todos estes grandes ídolos que temos, presidentes de clubes, de federações, de confederações. Alguma coisa tem que ser feita, porque se esta medida provisória andar, acaba o esporte no País, uma das poucas coisas boas que ainda nos dá alegria, que nos traz prazer, que nos orgulha. Querem nos tirar o que nos dá mais orgulho.

Quero dizer para todos que vou lutar até o fim. Somos poucos aqui ainda que viemos do esporte, mas, com certeza, vamos ter ao nosso lado muita gente boa, cada um lutando nos seus Estados ou nas suas bancadas para desfazer esse absurdo que está sendo feito nesta Casa. Não foi só absurdo para vocês, mas para mim, que estou aqui dentro. Eu também não quis acreditar que isso fosse verdade.

Com quem foi conversado para se chegar a algo desse tipo? Houve arbitrariedade de cima para baixo, sem se darem conta do que estão fazendo. Isso não foi feito só com o esporte, mas com os cidadãos. Meu Deus do céu, se há algo que pode fazer alguma coisa em favor da segurança, da saúde, da educação neste País é o esporte! Foi um tapa na minha cara. É inaceitável isso vir de cima para baixo, sem a menor noção da importância que tem o esporte. É um absurdo! Por isso comecei dizendo que é um absurdo que só nós nesta Casa podemos mudar.



Parabéns, Deputado João Derly, por esta importante audiência pública. Não foi dito nada que nós do esporte já não saibamos, mas é importante não para nós, mas para o cidadão comum, para o brasileiro e para algumas pessoas que estão nesta Casa e que não têm a menor noção da importância do esporte. Todo mundo acha que esporte é só para aquele atleta que chegou lá, que ganhou medalha, que é conhecido. Meu Deus do céu, passa-se por tanta coisa para se chegar lá! São tantos atletas que não chegaram a um pódio, mas que se tornaram cidadãos de respeito. E, se não fosse o esporte, não teriam nem sequer tido oportunidade de estudo.

Pessoal, parabéns novamente! Vocês podem contar comigo em 1.000% nesta luta. Tenho certeza de que o que puder ser feito será feito por todos que amam o esporte e que estão aqui. Eu tenho certeza de que a maioria ama o esporte. Esse absurdo de cima para baixo que foi trazido para cá pegou de surpresa todos nós que estamos nesta Casa também, e não só vocês que estão nos clubes lutando pelo crescimento do esporte no País. Estamos nessa luta desde o início junto com vocês. Há 2 ou 3 dias apenas tomamos esse tapa na cara. Pode se dizer que essa falta de respeito foi um tapa na cara do esporte. Vamos lutar até o fim!

Contem comigo todos vocês! Vamos lutar muito!

Obrigado, Sr. Presidente, pela palavra. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Valle) - Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra à Deputada Flávia Morais.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Obrigada, Presidente.

Eu queria louvar a iniciativa do Deputado João Derly de realizar esta audiência pública de forma urgente para que possamos dar visibilidade a este tema.

Eu queria parabenizar todos que estão aqui presentes. Para mim, foi a audiência pública com o maior número de pessoas participando, foi a mais representativa. Eu acredito que o tema demanda mesmo isso de nós. Se neste momento aqui estivesse vazio, nós, com certeza, Deputado Danrlei, não teríamos força para brigar por essa causa lá no plenário junto aos nossos colegas. Então, esta reunião com a presença de vocês nos fortalece para o embate que vamos ter.

Quando vemos esta medida provisória editada, vemos, Presidente Alexandre Valle, Deputado João Derly, que o nosso desafio nesta Comissão do Esporte é muito grande. Parece que, por mais que trabalhem e debatamos aqui, não conseguimos ainda mostrar o quanto o esporte é importante para o nosso País.



Hoje temos um problema grande no Brasil, que é segurança. É um grande problema. Mas nós sabemos que uma das grandes causas do aumento da violência é justamente a drogadição. Os nossos jovens estão sendo aliciados porque não têm oportunidade de fazer uma atividade física, de praticar um esporte, porque, infelizmente, o que temos de recurso para o esporte é muito pouco. É muito pouco! Vivemos brigando para aumentar. Eu mesmo estou sempre brigando para universalizar o acesso dos nossos jovens e crianças à prática do esporte, da atividade física. Há disponibilidade nas grandes cidades e muito pouca no interior. Praticamente é só futebol.

Nós queremos ver as modalidades diversificadas e a oferta aumentada. Para isso, é preciso recurso. Mas o que vemos é um Governo totalmente insensível que vem na contramão disso, sem entender a importância do esporte para o combate e a prevenção dos problemas de segurança. Isso é tirar a prevenção que o esporte traz para levar recurso para enxugar gelo. Depois que o nosso jovem se torna dependente químico, a probabilidade de se reinserir e se recuperar é muito menor. É muito mais fácil trazê-lo antes de estar nesse grau de dependência do que depois de ele estar comprometido.

Não quero ser repetitiva. Sei que todos já se manifestaram. A falta de mérito desta medida provisória é muito óbvia para todos nós. Nós precisamos fazer um trabalho de convencimento.

Eu quero manifestar meu apoio junto a essa luta e dizer que, em audiência pública, muito se fala, mas, às vezes, fica por isso mesmo. Devemos fazer um encaminhamento prático e efetivo desta reunião. A Comissão pode colaborar no sentido de sugerir outra fonte de recurso para esse fundo que não seja do esporte. Não queremos de forma nenhuma trabalhar contra a segurança pública. Sabemos que é necessária. De repente, podemos apresentar outra sugestão. Vamos bater firme e resistir a essa retirada de recurso do esporte para manter esse fundo de segurança pública.

Essas foram as minhas palavras, Sr. Presidente. Agradeço a oportunidade. Estamos firmes para resistir. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Valle) - Obrigado, Deputada.

Concedo a palavra ao Sr. Cezar Roberto Granieri.

O SR. CEZAR ROBERTO GRANIERI - Boa tarde a todos.



Sr. Presidente Alexandre Valle, Deputado João Derly, nosso defensor, venho na qualidade de representante do Presidente do Esporte Clube Pinheiros, Dr. Roberto Capellano.

Sou ex-Presidente do Esporte clube Pinheiros. Estou ligado ao esporte há 60 anos. Comecei aos 12 anos como atleta. Depois fui dirigente. Cansei de ouvir atleta, na época em que eu era Diretor de Esportes, dizer que foi convocado para disputar a seleção brasileira — só que não há recurso —, e o clube bancar. Depois de muito tempo, quando conseguimos essa união com o poder público e desenvolver um trabalho juntos, somos surpreendidos com essa forma inédita, com uma tristeza muito grande.

Confesso a V.Exa., Deputado, que cheguei aqui hoje sem esperança. Mas estou saindo com muita esperança, por tudo que ouvi e pelo trabalho que os senhores estão desenvolvendo. Vamos para essa luta e vamos vencer. Isso é importante para o nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Valle) - Concedo a palavra ao Sr. João Tomasini.

O SR. JOÃO TOMASINI - Boa tarde, Presidente. Na sua pessoa, cumprimento todos da Mesa e todos os presentes.

Com as palavras do Ministro Leonardo Picciani ficou claro que a caixinha de maldades vem da Caixa Econômica. Então, é importante não só matar a Medida Provisória nº 841, de 2018, mas cuidar para que a LOTEX ou qualquer outra loteria não deixe de dar a sua parte para o esporte brasileiro.

São dois fatores. Primeiro, eu endosso as palavras aqui ditas. Vou sair satisfeito com as falas das Sras. e Srs. Deputados. Precisamos matar essa portaria já, diante da urgência dela, e cuidar para que no futuro a Caixa Econômica não venha com outra caixinha de maldades tirar recursos do esporte brasileiro. A segurança pública foi usada — isso ficou claro com toda a distribuição de recursos desta medida provisória — pela Caixa para retirar recursos e completar o seu caixa.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Valle) - Obrigado pelas palavras. Concedo a palavra ao Deputado João Derly, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - Obrigado, Sr. Presidente.



Tivemos uma tarde produtiva, apesar dos pesares. Endosso as palavras que foram ditas e quero destacar o que Lars disse, agradecendo ao Ministro Jungmann por unificar o esporte em prol do seu desenvolvimento e principalmente pela base esportiva.

Na sexta-feira, recebi uma mensagem de fontes confiáveis de dentro do Governo dizendo que seria editada a Medida Provisória nº 841, de 2018. Lembro que respondi que isso era impossível acontecer. Ontem, saiu no *Diário Oficial* da União a medida provisória. Desde então, o meu celular não parou de tocar. Cada vez mais há entidades e pessoas compartilhando o problema que já está sendo causado pela MP 841/18.

Esse sentimento que deu para perceber em várias falas — e aqui destaco a fala da Leila — é um sentimento, sim, que nós temos. A minha iniciação foi dentro de uma escola também. Eu venho de um clube que hoje tem mais de 5 mil crianças e jovens praticando esporte. Vale salientar que a pista de atletismo que temos lá é uma das melhores do nosso País, uma das melhores do mundo, que oportuniza a muitas vidas serem retiradas do meio do tráfico de drogas, da violência, que sugam a vida dessas pessoas, dessas crianças, desses jovens. Através dessas oportunidades é que nós temos ascensão social, mudança de mentalidade, quebrando um ciclo vicioso dessas famílias que não têm oportunidades, não têm dignidade.

Se é uma medida provisória editada para que possa resolver o problema da segurança, um problema grande, grave no nosso País, nós vamos lutar. Se analisarmos profundamente, até como o ex-Ministro Picciani aqui fez um apanhado, podemos observar que a cada 10 reais apostados na Mega-Sena, até o Demétrio do Blog Olhar Olímpico já vem avisando isso, antes eram revertidos 4,53 reais em premiação. Achei interessante quando ele nos mostrou. Isso vai subir para 5 reais. Então, dá quase 1 bilhão de reais no montante dos prêmios das loterias. Ao mesmo tempo em que está aumentando o prêmio das loterias — isso dá em torno de 725 milhões de reais —, nós sugamos mais de 500 milhões de reais da base esportiva do Brasil. Eu não sei se é incapacidade, se é mau-caratismo, realmente não sei. Eu só sei que nós vamos lutar, nós vamos brigar aqui dentro desta Casa, porque esta Casa não está sendo respeitada.

Nós estamos discutindo o Projeto de Lei nº 6.718, de 2017, que trata da redistribuição dos recursos repassados para o esporte oriundos de loteria sem o



conhecimento do Ministro, sem o conhecimento de muita gente. Não sei onde foi feita ou editada essa medida provisória. Nós não vamos aceitar isso. Tenho certeza de que todos os Deputados que passaram aqui falando, além dos Líderes que já se manifestaram, vão estar empenhados, sim, para que possamos derrubar essa medida provisória.

Há outros mecanismos e várias formas de criar receita para se buscar a solução dos problemas na segurança pública. E não vai ser da base do esporte brasileiro que esse dinheiro vai sair. Não vai! Enquanto tivermos forças, enquanto tivermos a união de todos vocês, de todas as entidades que assinam e que lutam junto conosco para o desenvolvimento do esporte brasileiro, isso não vai acontecer. Então, tenham a certeza de que vamos estar empenhados nisso.

Já estamos criando uma nota da Comissão do Esporte e vamos trabalhar ainda junto às Lideranças, vamos trabalhar de todas as formas para que, diante de todas as vitórias que conquistamos no passado, possamos avançar e não retroceder no desenvolvimento do esporte brasileiro.

Muito obrigado a cada um que esteve aqui. Esperamos que não baixem as armas e continuem lutando. As redes sociais são importantes, sim, para essa luta, e tenho certeza de que dela sairemos vencedores. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Valle) - Concedo a palavra ao Deputado Orlando Silva, ex-Ministro do Esporte.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. Sei que a jornada aqui já foi bastante longa, já houve muita manifestação de atletas, de dirigentes, de representantes governamentais e de Parlamentares, mas eu fiz questão de passar aqui para, pelo menos, somar-me a essa movimentação que se realiza hoje na Câmara dos Deputados.

Sou suspeito para falar sobre esse assunto, Lars, porque sou de um partido de oposição, apesar de que quem me conhece sabe que eu sempre guardo um espaço de diálogo e de entendimento com os colegas da Casa. Mas sempre tenho dito que infelizmente este Governo de plantão não tem legitimidade nem autoridade política. E essa crise dos caminhoneiros deixou claro que infelizmente não há autoridade política no País neste momento.

Mas eu confesso, Deputado Alexandre Valle, que nunca imaginei ser possível uma trapalhada desse tamanho! Eu acabei de fazer um pronunciamento no plenário



fazendo um apelo, que renovo aqui aos Deputados João Derly, Danrlei e Alexandre Valle, para que todos os Líderes façam um comunicado ao Sr. Presidente da República propondo que ele revogue essa famigerada medida provisória. Não tem o que mexer! Não tem o que emendar! Não tem o que modificar! Não é razoável tirar da cultura e do esporte, justamente as atividades que são a base para políticas públicas e que podem oferecer ocupação saudável à nossa juventude, Tiago. É inacreditável! Nada no mundo — nada no mundo — tem mais identidade com cultura de paz que o esporte! Nada no mundo!

Portanto, eu confesso a vocês que, quando eu recebi a notícia, João, não acreditei e disse: “*Não, estão de brincadeira comigo!*” E eu quero hipotecar solidariedade à minha bancada, que, no dia de ontem, publicou uma nota pública, crítica, a essa decisão do Governo. A nossa determinação é lutar para derrotar a medida provisória, para evitar o prejuízo. Creio que, enquanto a medida provisória estiver em vigência, haverá um prejuízo irreparável! Por isso, é importante a sua revogação nas próximas horas, nos próximos dias, para o bem do interesse do esporte brasileiro.

Neste caso, neste momento, creio que há uma frente ampla onde temos que reunir todo mundo, para sustentar... Quem sabe, Deputado João Derly, possamos aproveitar a oportunidade para, em vez de retirarmos recursos, discutirmos a ampliação do financiamento para o esporte, seja aumentando as possibilidades na lei de incentivo, seja na LDO, que será votada até o final do mês, apontando caminhos para reforçar isso.

Eu tenho certeza de que a principal parceria que pode ser feita pelo Ministério da Segurança Pública, para garantir segurança pública, é o investimento no esporte e na cultura. Assim, poderemos ter, sim, dias melhores em nosso País.

Então, eu quero manifestar toda a minha solidariedade e todo o meu apoio, cumprimentando o João Derly pela iniciativa. A nossa bancada estará integralmente à disposição para atuar na revogação desse absurdo praticado nestes dias pelo Governo Federal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Valle) - Eu quero agradecer a todos os que nos enviaram perguntas pelo e-Democracia. Mas, como foram muitas, nós não



teremos condições de realizá-las aqui. Nós vamos tentar responder a todas. E agradeço a participação de todos.

Vou ler a nota da Comissão do Esporte que vamos publicar:

A Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados expressa sua indignação e preocupação frente ao enorme impacto negativo que a Medida Provisória nº 841, de 2018, traz para o esporte brasileiro. Os esforços legislativos que conquistaram recursos públicos para o esporte foram perdidos com a medida provisória. É um retrocesso!

Sabemos da necessidade de recursos para se combater a crescente e abrangente criminalidade em que o País se encontra hoje, porém, não é diminuindo o investimento no esporte que se conseguirão resultados nesse sentido. Ao contrário, o resultado será o enfraquecimento de um aliado nesse combate, pois o esporte retira crianças e jovens da esfera do crime.

Temos certeza de que é possível repassar verbas das apostas para a segurança pública sem diminuir as destinadas ao esporte. Sugerimos que seja revisto o valor do prêmio pago pelas loterias, que, com a MP, será acrescido de mais de 1 bilhão de reais, visto que, desse montante, parte poderia ser destinada aos investimentos urgentes e prioritários na busca por soluções para o problema da violência no Brasil.

Essa é a nota que será publicada na nossa página.

Eu quero agradecer a participação de todos, ratificando todas as palavras, não só dos senhores, mas também dos convidados e dos nossos colegas Parlamentares que por aqui passaram ao longo do dia de hoje.

Nós seremos duros nesse combate para a derrota dessa medida provisória, que pegou todos nós de surpresa. Contem com esta Comissão. Nós não vamos abaixar a nossa cabeça. Em nome do povo brasileiro e do esporte do Brasil, nós vamos até a derrubada dessa MP.



Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convocando os nobres pares para reunião deliberativa extraordinária, dia 20 de junho, às 13h50min, neste mesmo plenário.

Está encerrada a presente reunião.